



Uma Mulher de Palavra

Discursos, artigos, citações

Abril
2014

ARLETE SAMPAIO

Uma Mulher de Palavra

Discursos, artigos, citações

Seleção, organização e revisão
Josué Alves

**Abril
2014**

Copyright 2014 by Arlete Sampaio

Todos os direitos reservados.

Seleção, organização e revisão: Josué Alves

Fotografia da capa: Maria Teresa Gonçalves de Souza

Diagramação: Mad Mídia e Alessandro de Bessa Moura

Impressão e acabamento: Gráfica Athalaia

Sampaio, Arlete Avelar.

Uma Mulher de Palavra: discursos, artigos, citações / Arlete Avelar
Sampaio. – Brasília, DF: 2014.

ISBN 00-0000-000-0

1. Discursos e artigos – Brasília, educação, saúde, grandes temas em debate, direitos humanos, juventude, assistência social 2. Citações.

Equipe do Gabinete

Chefe de Gabinete

Ana Marilis Guimarães Rocha

Equipe Legislativa

Coordenação: Luisa Villa-Verde

Inácio Rangel Fernandes Soares

Maria Arindelita N. de Arruda

Paloma Gomes

Equipe Política

Coordenação: Maria Auriene Vieira

Ana Gabriela de Lima Maciel

Antônio Júlio Nogueira da Silva

Bartéria Monteiro de Brito

Caio Pescarmona Dias

Cleresmarcson Dantas da Silva

Elisangela Karlinski (Pola)

Francisco Dal Chiavon

Geovanny Costa Silva

Maria Onézia Alves do Nascimento

Misael dos Santos Barreto

Raylane Costa de Brito

Equipe de Comunicação

Coordenação: Ísis Dantas Cruz

André Carvalho

Equipe Administrativa

Carmem Gorete Coelho Santos

Cleuma Leite Ferreira

Leandro da Rocha

Maria do Socorro Silva Rocha

Natália Roberta da C. A. de Azôr

Seleção, organização e revisão

Josué Alves

Agradecimento

Maria Teresa G. de Souza (Maythe)

Índice

Apresentação	13
Parte I – Discursos e artigos	17
I – Brasília: Patrimônio Histórico e Cultural	19
Ações, significados e desafios da preservação de Brasília como patrimônio brasileiro e mundial	21
Burle Marx, o Poeta dos Jardins	29
Brasília e a Semana de Arte Moderna	33
Juscelino, Brasília e o Bilhete	35
Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade	37
Cerrado – Patrimônio Nacional	39
Catetinho – memória luminosa da identidade de Brasília	41
Brasília plural	45

II – Educação	47
Ciclos de Aprendizagem	49
A leitura, o Plano e o livro	53
Dia do Professor: celebração e visibilidade	55
Dia Mundial da Alfabetização	57
III – Saúde	61
Um novo Código de Saúde para o Distrito Federal	63
A integralidade e a intersetorialidade nas políticas de saúde mental no DF	65
Programa Mais Médicos, radicalismo e preconceito	67
Fundação Hemocentro – 35 anos	71
A Campanha da Fraternidade e a promoção da saúde pública	73
A luta histórica pela construção do sistema de saúde no Brasil	75
Síndrome de Down: o caminho da inclusão	77
Síndrome da epilepsia: desconstruindo preconceitos	81
IV – Grandes temas em debate	83
Supremo Tribunal Federal – dois pesos e duas medidas	85
Um mundo em ebulição	89
Brasília: ação pela vida	91
PEC dos trabalhadores domésticos: o fim da discriminação	93
Brasil: um país em transformação	97
A Internet e suas potencialidades para o bem e para o mal	101

A mídia que acaba com o Brasil	105
V – Direitos humanos	107
“Se houver punição, vai haver paralisação”	109
Combate à homofobia: desafio para uma política de Estado	113
Dia da Consciência Negra, resistência e luta contra o preconceito	117
Homofobia e preconceito: a interface da violência	121
A violência contra a mulher e a efetividade da Lei Maria da Penha	123
Violência sexual contra crianças e adolescentes: banalização e revitimização	127
O Plano Distrital de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil	131
Educação infantil: direito das crianças e dever do Estado e dos pais	135
8 de Março é dia de luta	139
A relativização dos direitos das crianças e dos adolescentes e o STJ	143
O massacre do Eldorado dos Carajás e a luta pela reforma agrária	147
Avanços e desafios no enfrentamento da violência contra as mulheres no DF	151
Políticas de defesa do consumidor	153
VI – Juventude	157
Juventude, mobilização e manipulação	159

Violência letal contra jovens e adolescentes no DF	163
Políticas públicas para juventude no DF	167
As mortes anunciadas de jovens e adolescentes no Brasil	169
VII – Assistência Social	173
15 de Maio – Dia do Assistente Social	175
Ações para erradicação da pobreza no Distrito Federal	179
População em situação de rua: um olhar do Estado	181
Bolsa Família – dez anos de transferência de renda e de combate à pobreza	183
Economia solidária: a ressignificação do trabalho pela autogestão	185
Parte II – Citações por Arlete Sampaio	189
Citações	191
Biografia	205

O mundo seria quadrado, se não houvesse pessoas ousadas, revolucionárias, que quebrassem paradigmas, que questionassem regras vigentes, que rompessem rotinas, que se dispusessem a novas experiências.

Arlete Sampaio

Apresentação

Após um período de reflexões e de debates com sua equipe de gabinete e seus apoiadores, a deputada Arlete Sampaio tomou a decisão de não mais concorrer a mandato parlamentar para a Câmara Legislativa do Distrito Federal e estabeleceu, como missão precípua, investir na formação de novos quadros políticos. “Chegou a hora de dar voz e vez à juventude!”

Nós, que temos em Arlete o alicerce de uma construção política e humanista coletiva, compreendemos o altruísmo e o desprendimento de sua escolha, embora lamentemos a falta que fará esta grande mulher ao Parlamento local. Sentiremos também, lá no fundo do coração, a ausência do convívio rotineiro com a pessoa simples, sensível e amiga que nos ensina e entusiasma, com sua conduta impecável e coerente.

Resolvemos, então, compartilhar, por meio deste livro, um pouco da feliz e rica experiência que é trabalhar ao lado dela, revelada no pensamento e no discurso da cidadã de Brasília, do Brasil, do mundo.

Nesse afã, constatamos que sempre ficaremos devendo ao imenso repertório de vivências, ações, discursos, leituras e escutas de Arlete Sampaio.

Mais do que os diversos cargos que ocupou, com seriedade, competência e compromisso com a sociedade – Vice-Governadora do DF, Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do governo Lula, Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do governo Agnelo, Deputada Distrital –, são os exemplos do dia a dia, os gestos e as falas não registrados em fotos, vídeos ou notas taquigráficas que expressam, genuinamente, o seu fazer político, que melhor dizem de sua humanidade.

Diante dessa intransponível limitação, demos foco a discursos, artigos e citações do segundo mandato de Arlete como Deputada Distrital (2011-2014), pois trazem à luz questões e pautas ainda frescas na memória. Ao leitor que se interesse, estimulamos que pesquise, nos anais da Câmara Legislativa, seu trabalho durante a 4ª legislatura (2003 - 2006), com destaque para a atuação da parlamentar como relatora da CPI¹ da Saúde e como presidenta da Comissão de Educação e Saúde.

Sobre a política, diz o escritor Rubem Alves:

De todas as vocações, a política é a mais nobre. Vocaçào, do latim vocare, quer dizer “chamado”. Vocaçào é um chamado interior de amor. (...) O político por vocaçào é um apaixonado pelo grande jardim para todos. Seu amor é tão grande que ele abre mão do pequeno jardim que ele poderia plantar para si mesmo. De que vale um pequeno jardim se à sua volta está o deserto? É preciso que o deserto inteiro se transforme em jardim.

Arlete nos faz acreditar no chamado transformador. Sua vida, sua obra, suas palavras, seus sonhos continuam a ser motivo de esperança.

Por oportuno, registramos que esta publicação nasceu de uma

1 CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.

ideia – prontamente abraçada pela chefia e pelas três coordenações do gabinete – do Professor e Consultor Legislativo desta Casa Josué Alves, que também assumiu a tarefa de selecionar os textos e as falas da Deputada, organizá-los e revisá-los. A ele, nossos sinceros agradecimentos.

À Arlete Sampaio, nosso profundo respeito e eterna admiração.

Pela equipe do gabinete,

Luisa Villa-Verde

*Coordenadora Legislativa do Mandato da Deputada Arlete Sampaio
Consultora Legislativa da CLDF*

Parte I

Discursos e artigos

I – Brasília: Patrimônio Histórico e Cultural

Ações, significados e desafios da preservação de Brasília como patrimônio brasileiro e mundial

I – A carta de JK e a proteção do Plano Piloto de Brasília

Menos de dois meses após a inauguração de Brasília, Juscelino Kubitschek redigiu correspondência para Rodrigo Melo Franco de Andrade, chefe do Patrimônio Histórico à época. Eis o que o bilhete dizia:

Rodrigo,

A única defesa para Brasília está na preservação do seu plano piloto.

Pensei que o tombamento do mesmo poderia constituir elemento seguro, superior à lei que está no Congresso e sobre cuja aprovação tenho dúvidas.

Peço-lhe a fineza de estudar esta possibilidade, ainda que forçando um pouco a interpretação do Patrimônio.

Considero indispensável uma barreira às arremeti-

das demolidoras que já se anunciam vigorosas.

Grato pela atenção.

Abraços

Juscelino

Brasília, 15-6-60

Juscelino, com sua extraordinária visão, antecipou os problemas que a cidade viria a sentir mais tarde. Não encontramos registro do que Rodrigo respondeu a JK, mas sabemos que, desde os primórdios, Brasília constitui-se objeto de proteção legal, no que se refere à manutenção dos princípios de seu projeto. A primeira iniciativa de defesa, ainda em vigor, chegou dias antes da inauguração da Nova Capital do Brasil e está consubstanciada no art. 38 da Lei Federal 3.751, de 13 de abril de 1960 (também conhecida como Lei Santiago Dantas):

“Art. 38. Qualquer alteração no plano piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de prévia autorização em lei federal”.

Esse dispositivo da Lei Santiago Dantas, por sua vez, foi a base do Decreto 10.829, de 14 de outubro de 1987, que define o perímetro de preservação e consagra as características essenciais a serem preservadas nas quatro escalas distintas em que se traduz a concepção da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica. As escalas estabelecem os elementos determinantes de um padrão de qualidade de vida que deve ser mantido e perpetuado para as futuras gerações. O empenho do governador José Aparecido de Oliveira, o trabalho do GT Brasília e a edição desse decreto foram fundamentais para que a Capital do Brasil fosse distinguida como Patrimônio Mundial, em dezembro de 1987.

O coroamento dos aspectos singulares da Capital, na ocasião já consagrada como Patrimônio Mundial, deu-se com o tombamento federal, efetivado em 14 de março de 1990, com a inscrição de número 532 no Livro do Tombo Histórico, e disciplinado por meio da

Portaria 314, de 14 de outubro de 1992, do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

O regime especial de proteção a que está submetido o Plano Piloto de Brasília, tal como apresentado por Lucio Costa, também não foi esquecido pelos legisladores signatários da Lei Orgânica, que o evidenciam em inúmeros dispositivos da Carta Política do Distrito Federal.

Agora, atendendo, finalmente, a uma das recomendações da UNESCO feitas depois da visita da primeira missão de inspeção, em 2001, debateremos e aprovaremos o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, o PPCUB.

Nesse ínterim, tivemos a grata novidade da Portaria 68/2012 do IPHAN, publicada há exatamente um mês, que cria a área de entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília e estabelece regras e limitações para sua ocupação e uso do solo, com vistas a coibir abusos urbanísticos e arquitetônicos e a controlar o crescimento das cidades que circundam o perímetro tombado. Essa novíssima norma federal representa uma vitória de setores que têm compromisso com a defesa do tombamento e deve ser incorporada ao disciplinamento territorial do Distrito Federal.

O governador Agnelo, ciente de sua responsabilidade em defender, promover e manter nosso patrimônio, instituiu, por meio do Decreto 33.506, de 26 de janeiro de 2012, o “Ano de Valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade”, com o “objetivo de executar ações governamentais, de forma célere, destinadas à valorização de Brasília como patrimônio cultural e urbanístico da humanidade”. Para isso, criou um comitê composto por oito Secretarias de Estado, pelo Arquivo Público do Distrito Federal, pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), pela Companhia Urbanizadora de Brasília (Terracap) e pela sociedade civil organizada, para estabelecer um calendário de eventos com foco em nosso patrimônio e acompanhar sua execução. Além disso, o Decreto 33.506/2012 tornou

obrigatória a inscrição da frase “Brasília – patrimônio da humanidade” em todos os documentos oficiais do GDF.

II – O tombamento é fator de desenvolvimento

Li, com muita alegria, no jornal Correio Braziliense de 21 de março de 2012, a entrevista da arquiteta Maria Elisa Costa, filha do saudoso Lucio. Ela defendeu, com muita propriedade, que o tombamento e a honraria de Patrimônio Mundial não impedem o crescimento e a dinâmica de Brasília. Para ela, a preservação da cidade não requer mentalidade dura e radical. Em sua opinião, a cidade pode, sim, adaptar-se às novas demandas e ao inevitável crescimento, desde que isso não altere o que chamou de “partitura” do projeto de Lucio Costa.

Como confirma Maria Elisa, o próprio Lucio não era afeito a radicalismos e reconhecia, com a humildade que os grandes têm, que acordos eram admissíveis, afinal a cidade é um organismo vivo. Em seminário realizado em 1974, ele defendeu as ideias essenciais do projeto de Brasília e abriu a porta para “novas experiências”, desde que respeitados os princípios determinantes das escalas e a abertura plena dos pilotis, entre outros.

Ser ícone do modernismo brasileiro, afirmação da brasilidade no urbanismo e na arquitetura e coração da Reserva da Biosfera do Cerrado (outra distinção mundial da qual pouco nos lembramos) dá a Brasília a vocação para ser um grande centro de estudos, de irradiação de ideias, de cultura e de turismo, o que é um forte fator de desenvolvimento econômico e social para a Capital e para todas as cidades do Distrito Federal e do Entorno, sem perder de vista a proteção e a valorização de nosso ímpar patrimônio.

III – Brasília não é sítio arqueológico e tombamento não é congelamento

Como sabemos, há inúmeros instrumentos e instâncias governamentais, nas esferas local e federal, de defesa de Brasília. Registre-se que a Constituição Federal, em seu artigo 24, estabelece que compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico (CF, art. 24, VII). Além disso, consigna nossa Carta Magna ser de competência administrativa comum a todos os entes federativos a preservação do patrimônio cultural.

Surpreendem-nos as agressões que sofre a Capital; afinal, era de se esperar que houvesse ação forte e combinada dessas instâncias de gestão, planejamento e fiscalização da área tombada e de seu entorno contra essas agressões.

E a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias tem sido garantida? O médico e pioneiro Ernesto Silva, que morreu em fevereiro de 2010, aos 95 anos, lutou bravamente, junto com muitos outros guerreiros e guerreiras, pela defesa de nossa Capital. Algumas de suas principais batalhas ocorreram durante as reuniões do Conselho de Preservação da Área Tombada de Brasília (CONPRESB).

Criado em 2003, o CONPRESB reunia especialistas, representantes da sociedade civil, do governo e do setor produtivo, que debatiam mensalmente medidas de proteção ao plano urbanístico de Brasília. Mas o órgão, que tinha poderes até para questionar leis aprovadas na Câmara Legislativa em desconformidade com o tombamento, foi sepultado em 2006, poucos anos depois de sua criação. Fui uma das vozes que se posicionou contrariamente à extinção do CONPRESB.

Hoje, há o heroico trabalho do Conselho para Preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade (CONBRAS), que tem como membros muitos pioneiros e apaixonados pela cidade. O Conselho, que se reúne no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal para tratar dos temas relevantes para Brasília, deveria ser mais ouvido pelas autoridades. Infelizmente, não tem o poder decisório que

tinha o CONPRESB.

É fundamental que se estabeleça diálogo permanente entre as entidades e os organismos decisórios e fiscalizadores do patrimônio e que se recuperem os instrumentos e instâncias de participação da sociedade civil, das universidades e de outros setores e movimentos que compõem a vida da cidade.

Cabe registrar que está prevista legislação complementar para definir normas de cooperação entre os entes federativos, com a finalidade de disciplinar maneiras de reduzir a duplicidade de esforços e antagonismos administrativos. Essa legislação ainda não foi produzida e pode ser um dos encaminhamentos desta reunião junto ao Governo Federal.

IV – Agressões autorizadas e a lógica capitalista

Acredito que a histórica falta de articulação entre os órgãos de planejamento, preservação e fiscalização locais e as esferas distrital e federal, na gestão da área tombada, tenha sido determinante para que oportunistas iniciassem as agressões urbanísticas e arquitetônicas ao Plano Piloto, algumas das quais entendemos de difícil reversibilidade.

A lógica capitalista, que ainda prevalece, pauta o desenvolvimento urbano nas grandes metrópoles e trata o espaço como mercadoria imobiliária. Brasília, infelizmente, não escapa a essa lógica perversa e predatória. Dados de 2009 do Creci-DF mostram que o Distrito Federal já se constitui no segundo mercado imobiliário do País, perdendo apenas para São Paulo nesse “ranking”. Setor Noroeste, Águas Claras, Setor de Múltiplas Atividades Sul, Quadra 500 do Sudoeste e os luxuosos edifícios residenciais na orla do Paranoá são exemplos da avidez de certos empresários da construção civil, alguns dos quais chegaram a alçar altos postos em governos.

É necessário destacar, também, as ações clientelistas de gestores e políticos, que, de olho nas eleições, privilegiam interesses de grupos que

nem sempre se coadunam com o interesse público e com a preservação da cidade. Urge, então, revertermos essa realidade.

V – A importância do sentimento de pertencimento

E aí vem a esperança... Esperança nos movimentos em defesa da cidade que têm surgido por iniciativa de moços e moças brasilienses, de nascimento ou de adoção, como o “Nossa Brasília”, que faz parte da Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. Esperança em jovens que fazem do amor por Brasília seu trabalho, como a turma da “Tríade, Patrimônio, Turismo e Educação”, esperança em homens e mulheres incansáveis que lutam pela Capital da República.

O argentino Luís Maria Calvo e o espanhol Carlos Sambrício, consultores da UNESCO que estiveram em missão na Capital, ficaram impressionados com o interesse dos moradores do Distrito Federal e dos meios de comunicação sobre a inspeção que realizariam por aqui. Para eles, isso demonstra que a população tem sensibilidade urbana e que existe preocupação verdadeira quanto à preservação do projeto original.

A visita da missão da UNESCO, diga-se de passagem, foi provocada por pedidos dos próprios moradores organizados em entidades de defesa do patrimônio e lideranças comunitárias. Foram essas pessoas que, organizadas, prepararam documentos sobre a situação em que a área tombada se encontrava e enviaram o dossiê para a sede da UNESCO.

Maria Elisa Costa, filha de Lucio, ficou emocionada com a mobilização da sociedade pela preservação de Brasília e, em entrevista ao Correio, afirmou: *“(...) é a melhor recompensa que meu pai poderia ter. Ouso dizer que sentir Brasília querida como é hoje pelos seus moradores me toca até mais do que ser Patrimônio Mundial”*.

Maria Elisa tem razão. O fato de a população sentir cada vez mais Brasília como sua é, mais do que qualquer honraria – local, nacional ou

mundial –, a maior salvaguarda. Esse sentimento de pertencer e de ser pertencido pelo lugar é, de longe, a grande esperança e segurança que podemos ter.

VI – Considerações finais

Não acredito que Brasília será incluída na temida lista do Patrimônio Mundial em Perigo na próxima reunião da UNESCO em São Petersburgo, mas é preciso estar sempre alerta e atuante para evitar esse desdobramento no futuro.

Brasília representa a ousadia e o vigor de nosso povo e a vanguarda do pensamento mundial e nacional. Sua construção é o marco da afirmação definitiva da brasilidade e da superação do atraso não só nas artes, arquitetura e urbanismo, mas também em todos os âmbitos da vida. Lugar de revolucionárias experiências no campo da educação, assistência social e saúde pública que, embora sufocadas pelos governos militares, voltaram a germinar no período pós-ditadura, inspirando, inclusive, grandes diretrizes políticas nacionais.

O Parlamento local, mais do que fórum privilegiado para debater os rumos de Brasília, tem de ser protagonista na defesa de nosso Patrimônio Mundial. Afinal, a realização que, no dizer de Lucio Costa, foi “comovente e fundamental para o país” também está sob nossa guarda.

Em 21-3-2012

Burle Marx, o Poeta dos Jardins

Quando conheceu a obra de Roberto Burle Marx, a pintora modernista Tarsila do Amaral sintetizou a grandeza do paisagista, rebatizando-o “Poeta dos Jardins”. Nascido em São Paulo, em 4 de agosto de 1909, de mãe brasileira e pai alemão, morou em terras germânicas de 1928 a 1929, e foi em visita ao Jardim Botânico de Berlim que descobriu a exuberante flora brasileira e sua própria vocação. Um dos grandes entusiastas de seu trabalho era Lucio Costa (1902-1998), que passava horas admirando as plantas do jardim da casa de Burle Marx, até que um dia lhe propôs uma parceria que duraria sessenta anos.

Roberto Burle Marx encontra-se no rol dos dez maiores paisagistas de todos os tempos. Projetava jardins como quem pintava um quadro, combinando magistralmente formas, texturas e cores das plantas, entremeando-as a painéis e esculturas. Priorizava a utilização da flora brasileira, de forma que chegou a descobrir muitas espécies em suas diversas expedições pelos biomas de nosso vasto País. “*Burle Marx*

rompeu com o paisagismo tradicional e inaugurou o jardim moderno, com identidade nacional”, resumiu um dia uma de suas pupilas.

Homem de múltiplos olhares e sensibilidades, foi também desenhista, pintor, tapeceiro, ceramista, escultor, pesquisador, cantor e criador de joias, talentos que conferiram características específicas a toda sua obra e, sobretudo, a seus jardins que, em suas palavras, eram feitos de “luz e sons”.

Em 1949, com a compra de um sítio de 365 mil metros quadrados, em Barra de Guaratiba, Rio de Janeiro, organizou uma grande coleção de plantas. Em 1985, doou o sítio, com todo seu acervo, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sua coleção botânica foi declarada Patrimônio Cultural Brasileiro. Morreu em 4 de junho de 1994, dois meses antes de completar 85 anos, em plena atividade, deixando um legado de mais de 2 mil obras por todo o mundo.

A história de Brasília não seria a mesma sem Burle Marx, afinal foram os jardins e espaços públicos nascidos de sua prancheta que deram o traço de “Cidade-Parque” à nossa Capital, afirmando a escala bucólica como o grande diferencial de Brasília em relação a outras metrópoles brasileiras. O reconhecimento oficial desse fabuloso legado veio com o tombamento do conjunto de obras de paisagismo e jardins que Burle Marx criou na cidade, mediante o Decreto 33.040, assinado pelo governador Agnelo Queiroz, em 14 de julho de 2011.

Ao todo, sete jardins e dois projetos de paisagismo para áreas públicas passaram a ser protegidos: os jardins do Palácio do Itamaraty, da Praça dos Cristais no Setor Militar Urbano, do Palácio da Justiça, do Tribunal de Contas da União, do Palácio do Jaburu, do Teatro Nacional Cláudio Santoro, do Banco do Brasil no Setor Bancário Sul, e os projetos de paisagismo da Superquadra Sul 308 e do Parque da Cidade.

O tombamento é um importante marco que balizará o processo de resgate da concepção original dos espaços idealizados por Burle

Marx, além de ser instrumento garantidor da preservação da Cidade Parque para as futuras gerações. Fica aqui registrado meu agradecimento ao empenho e ao trabalho da arquiteta, urbanista e paisagista Aurora Aragão dos Santos, servidora do governo do Distrito Federal e prima do artista, que não mediu esforços para viabilizar a perpetuação da obra desse gigante.

Em 4-8-2011

Brasília e a Semana de Arte Moderna

Em 13 de fevereiro de 2012, comemoramos os 90 anos do início da Semana de Arte Moderna, episódio fundamental que deflagrou um movimento de afirmação de uma cultura genuinamente brasileira. A Semana de 1922 reuniu um intrépido e contestador grupo de jovens artistas brasileiros – de nacionalidade ou adoção –, que lutavam por uma ruptura com o *status quo* e a estética vigentes, revertendo a relação de subserviência cultural que mantínhamos em relação a padrões importados da Europa. Foi também um movimento de vanguarda que captou as mudanças sociais e econômicas que estavam em curso no País, com a decadência das elites ligadas à República Velha e a onda de industrialização que tomava conta das capitais, sobretudo de São Paulo.

Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Anita Malfatti, Heitor Villa-Lobos, Guiomar Novaes, Di Cavalcanti, Victor Brecheret, Menotti Del Picchia, Ronald de Carvalho e Manuel Bandeira, entre outros, lançaram um chamado bem barulhento por uma identidade

nacional, um Brasil com a cara dos brasileiros. Na esteira desse momento definidor, vieram nomes como Tarsila do Amaral, Volpi, Afonso Eduardo Reidy, Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Gregori Warchavchik, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, José Lins do Rego, Jorge Amado, Erico Veríssimo, Carlos Drummond de Andrade, Raul Bopp, Gilberto Gil, Tom Zé, Caetano Veloso, José Celso Martinez Corrêa...

Alguém disse que *“a Semana de Arte Moderna foi como uma pedra atirada na água que formou sucessivas ondas, e as últimas ondas foram a construção de Brasília e o Movimento Tropicalista”*. Fico devendo o crédito ao autor da afirmação, mas aproveito-me dela para destacar o quanto a construção de nossa Capital foi significativa no contexto nacional e internacional, como marco da nova brasilidade almejada pelas cabeças modernas de 1922.

Em 15-2-2012

Juscelino, Brasília e o Bilhete

Um bilhete, mensagem reduzida ao essencial na forma e no conteúdo, parece um gênero textual desprezioso para encerrar informação primordial à nossa querida Brasília, único sítio construído no século XX considerado Patrimônio Cultural da Humanidade.

Refiro-me ao bilhete que Juscelino Kubitschek escreveu, cerca de dois meses antes de completar a fundação da Capital da República, a Rodrigo Melo Franco de Andrade, então chefe do Patrimônio Histórico, no qual dizia:

Rodrigo, a única defesa para Brasília está na preservação do seu Plano Piloto. Pensei que o tombamento do mesmo poderia constituir elemento seguro, superior à lei que está no Congresso e sobre cuja aprovação tenho dúvidas. Peço-lhe a fineza de estudar essa possibilidade ainda que forçando um pouco a interpretação do Patrimônio.

Está aí uma mensagem extremamente significativa para Brasília, que merece sempre ser lembrada, pois, de alguma maneira, revela a visão preservacionista de Juscelino. Para encerrar o bilhete, arremata:

Considero indispensável uma barreira às arremetidas demolidoras que já se anunciam vigorosas. Grato pela atenção. Um abraço de Juscelino. Brasília, 15 de junho de 1960.

O mesmo carinho e cuidado de JK com Brasília deveriam nos envolver a todos, pois “*as arremetidas demolidoras que já se anunciam vigorosas*” continuam a mostrar suas garras contra esse Patrimônio Cultural da Humanidade. Daí a necessidade de coibir abusos urbanísticos e arquitetônicos e de controlar o crescimento das cidades que circundam o perímetro tombado.

Então, se não mirarmos os olhos no singelo e profundo bilhete de Juscelino Kubitschek, Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade – sucumbirá à força do mercado imobiliário, à força da grana, que, segundo o magistral Caetano Veloso, ergue e destrói coisas belas.

Em 22-3-2012

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade

Este pequeno artigo poderia ter outro título, talvez mais retórico, talvez mais enfático. Nem um nem outro, porém, deixaria explícito o quanto é significativo para mim e para todos que amam esta cidade o fato de Brasília ser conhecida e reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade.

A questão que me preocupa é o descompromisso, o descaso com a nossa Capital, colocando em risco esse patrimônio. De fato, construções irregulares, invasão de áreas públicas, pilotis cercados, monumentos descaracterizados desfiguram o projeto original de Brasília.

Não é sem motivo que o governo do Distrito Federal assinou o Decreto 33.506/2012, por meio do qual se considera *2012 como o Ano da Valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade*. Trata-se, certamente, de ato simbólico; mas que demonstra preocupação efetiva com a situação em que se encontra Brasília.

Além disso, em dois anos de governo, já houve a reforma da Catedral, do Panteão, do Cine Brasília, a recuperação de vários monumentos. Não tenho dúvida de que essas ações são fundamentais não só para o desenvolvimento econômico, como também para o progresso humano da Capital da República.

O desafio, então, é este: promover o desenvolvimento econômico, urbano e sustentável do Distrito Federal; sem, contudo, descuidar de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, título concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1987.

Em 12-3-2013

Cerrado – Patrimônio Nacional

Para nós, brasilienses e habitantes do Planalto Central, o dia 11 de setembro precisa ser lembrado com muito entusiasmo, pois, nessa data, se comemora o Dia do Cerrado.

Muitos não sabem, mas o Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, ocupa cerca de dois milhões de km² (aproximadamente 25% do território nacional), possui as maiores reservas subterrâneas de água doce do planeta, visto que aí estão localizadas nascentes de grandes bacias hidrográficas, como as do Araguaia-Tocantins, São Francisco e Paraná: é a caixa d'água do Brasil. Portanto, o Cerrado é uma das áreas prioritárias para a conservação do planeta.

Com o acelerado desenvolvimento do Centro-Oeste e com a expansão urbana desordenada da região nos últimos anos, mais de 55% do Cerrado já foi descaracterizado. Por isso, é de extrema relevância a Proposta de Emenda à Constituição 504/2010, que altera o §4º do art. 225 da Constituição, incluindo o Cerrado como patrimônio nacional.

Nós, brasilienses, que viemos de outras regiões do País, temos, às vezes, dificuldade para entender a grandeza e a importância do Cerrado; mas, hoje, mais do que nunca, entendo completamente que esse bioma é de fundamental importância para a preservação do meio ambiente do País.

Ipê-amarelo, cagaita, araticum; tamanduá-bandeira, seriema, lobo-guará são símbolos da fauna e flora de nosso Cerrado – e todos nós, cidadãos brasilienses, temos de ter plena consciência da importância fundamental da preservação do Cerrado, da preservação da biodiversidade que o Cerrado encerra, para que possamos garantir o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e do País.

É necessário, então, lutarmos para preservar o que resta do Cerrado, para garantir a riqueza que representa a biodiversidade desse bioma como patrimônio de todos os brasileiros e, também, como patrimônio mundial.

Em 11-9-2013

Catetinho – memória luminosa da identidade de Brasília

O olhar visionário de Juscelino Kubitschek, os traços arrojados de Lucio Costa, as curvas singulares desenhadas por Oscar Niemeyer, o paisagismo encantador de Burle Marx se juntaram, no Planalto Central, para materializar a moderna arquitetura de uma cidade voltada para o futuro: Brasília.

Os monumentos, os edifícios ou sítios de excepcional valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico fizeram com que Brasília recebesse o título de Patrimônio Histórico da Humanidade, graças, sobretudo, ao trabalho realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

À sombra de Brasília, o Catetinho também fez história na esplanada. A primeira residência oficial de Juscelino Kubitschek, homenagem ao Palácio do Catete no Rio de Janeiro, foi planejada sem conforto ou honras oficiais, para que o Presidente não se distanciasse dos trabalhadores.

Tombado entre os mais de 40 mil imóveis, o Catetinho está aberto ao nosso povo, aos turistas que nos visitam. A suíte presidencial, os cômodos, a sala de despachos, o quarto dos membros do governo, o quarto de hóspedes e a sala de refeições no térreo são lembranças de um passado que não nos condena.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, o intelectual brasileiro que organizou e dirigiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1937 a 1967, no tombamento do Catetinho, em 11 de novembro de 1959, nos brindou com um discurso que dá a dimensão da importância da valorização do nosso patrimônio:

O ato singelo que se realiza aqui neste momento tem uma significação cívica muito importante. O pensamento que o inspirou foi de preservar para os brasileiros de amanhã a primeira edificação em que o Chefe de Estado começou a exercer, no sítio escolhido para a nova Capital do País, as atribuições do Poder Executivo da União. Preservá-la não apenas por ter sido inicialmente a sede do governo, mas, sobretudo, porque sua instalação teve o objetivo de acelerar a obra imensa de transferir do litoral, onde permanecia quatro séculos e meio, para o centro do território nacional, a Capital do Brasil, erigindo-a como testemunho ciclópico de confiança no futuro da pátria.

Estranhar-se-á que tão cedo, enquanto empreendimento grandioso, ainda se encontra distante da conclusão, já se lhe pretenda comemorar a história. E objetar-se-á que se tenha procurado converter, em monumento duradouro, para gerações posteriores, uma construção que, pela própria fragilidade, não possui as condições necessárias para subsistir.

Entretanto, o que se visou foi, em pleno desenvolvimento da tarefa gigantesca da construção de Brasília, proteger, a tempo, a pequena edificação em que nossos compatriotas do futuro conhecerão a origem rústica e quase humilde da majestade da nova Capital. Quanto à precariedade intrínseca da arquitetura, constituirá um estímulo ao engenho dos peritos, aos quais caberá lhe assegurar a sobrevivência. De antemão, obrigada pela preservação do Catetinho.

O objetivo mais amplo da medida adotada é garantir e cultivar, por meio da proteção dos marcos expressivos do desenvolvimento da civilização nacional, a memória luminosa de identidade do Brasil, do futuro com o do passado, estabelecendo a ligação das aspirações gloriosas alcançadas e as realizações toscas e modestas de que se originaram.

Foi esta, Sr. Presidente, a interpretação que os servidores da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artísticos Nacional demos ao empenho manifestado, pessoalmente, por V.Exa., no sentido de serem cumpridas as formalidades legais para o tombamento da edificação em que nos encontramos. Verificamos, com profunda satisfação, que, a despeito de os objetivos do seu governo visarem intensamente ao porvir, V.Exa. não afasta do pensamento o dever de manutenção da continuidade da tradição nacional.

Quanto à repartição, a que meus companheiros e eu procuramos servir, ela ficou ligada, por sua vez, ao empreendimento da Nova Capital, não só por ter cabido a autoria do Plano Piloto ao mais reputado de seus especialistas, o arquiteto Lucio Costa, mas também

*porque nos orgulhamos por ter tido, como companheiro,
o arquiteto Oscar Niemayer, ao qual se devem os monu-
mentos principais de Brasília.*

A minha esperança é que a devoção de Rodrigo Melo Franco possa nos iluminar para que os bens tombados sejam preservados, para que Brasília continue Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade.

Em 17-8-2012

Brasília plural

Brasília é a capital de todos os ritmos, de todos os sons, de todos os brasileiros: do *rock* à música caipira, do Clube do Choro à Orquestra Sinfônica. Brasília é JK, é Rodrigo Melo Franco, é Lucio Costa, é Oscar Niemeyer, é João, é José, é Maria. Brasília sou eu, é você, somos todos nós, brasileiros e brasileiras, de todos os cantos e recantos do Brasil.

Brasília é história, é patrimônio. É memória constituída de acontecimentos e de lembranças do passado que se quer salvar; de sensação de pertencimento que se quer preservar; de gerações que se quer integrar em um só lugar.

Brasília é poesia, é saudade, é teatro, é catedral. É monumental. Brasília é o eixo, é o norte, é o sul.

Brasília é a diversidade cultural. Brasília é plural.

Por isso, canto Brasília, canto seu passado, seu presente e seu futuro, pois Brasília é tudo isto: o passado, o presente e o futuro.

Em 20-8-2012

II – Educação

Ciclos de Aprendizagem

O debate em torno da implantação dos ciclos de aprendizagem e da semestralidade nas escolas públicas do Distrito Federal precisa ser aprofundado para ser mais bem compreendido.

No final de 2012, a Secretaria de Estado de Educação do DF pretendeu realizar mudança nas 526 escolas do Ensino Fundamental e 86 escolas do Ensino Médio do Distrito Federal.

Tratava-se de alteração na forma como se organizam os tempos, espaços e oportunidades escolares, substituindo a ideia de séries pela de ciclos de aprendizagem no Ensino Fundamental. No Ensino Médio, a mudança proposta pelos gestores da Secretaria de Estado de Educação tencionava superar a organização anual, adotando a semestralidade. A Secretaria propunha, à época, que os nove anos do Ensino Fundamental fossem organizados em ciclos, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

No sistema de ciclos de aprendizagem, utilizado no ensino fun-

damental, duas ou mais séries são reunidas e o aluno é avaliado ao fim do período, o que evita a reprovação entre um ano e outro. Houve reação contrária de professores, do Sindicato dos Professores no DF (SINPRO-DF), da Associação dos Pais e Alunos das Instituições de Ensino do DF (ASPA), sob a alegação de que a implantação dos ciclos impediria a reprovação de estudantes e promoveria aprovação automática.

Sensível à reclamação da comunidade escolar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ajuizou ação, com pedido liminar, contra o GDF, para suspender a nova organização curricular em defesa de ampla discussão sobre o assunto, da capacitação dos professores e da aprovação da proposta pelo Conselho de Educação do DF.

Em fevereiro de 2013, por decisão judicial, foi suspensa a continuidade da organização curricular por ciclos de aprendizagem no Ensino Fundamental. Com isso, foi firmado, em 2013, acordo entre o Ministério Público e a Secretaria de Educação, por meio do qual a Secretaria deveria promover ampla discussão com a comunidade escolar; editar ato normativo específico a ser submetido à aprovação do Conselho de Educação do DF em respeito à legalidade e publicidade; promover a capacitação dos professores, para trabalhar essa nova realidade.

Cumprе salientar que a experiência de organização do currículo em ciclos de aprendizagem já foi experimentada no DF na década de 1980. À época, as primeiras séries do Ensino Fundamental eram reunidas no Ciclo Básico de Alfabetização (CBA), com diferentes agrupamentos em função dos ritmos diferenciados de aprendizagem das crianças.

No governo democrático e popular, do qual tive a honra de ser vice-governadora, a proposta da Escola Candanga previa a implantação de três fases que compunham os oito anos do Ensino Fundamental. Quando terminamos o governo, a terceira fase do Ensino Fundamental estava para ser iniciada, mas tudo foi interrompido pelo novo governo que nos substituiu, voltando o funcionamento das séries.

Em 2005, foi implantado o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), que vem funcionando desde então. Desse modo, o Distrito Federal reúne uma série de condições favoráveis à implantação de ciclos de aprendizagem nas escolas públicas, como: plano de carreira dos professores implantado; Lei de Gestão Democrática aprovada e em funcionamento; jornada escolar ampliada; coordenação pedagógica remunerada; formação continuada por meio da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação; orientadores educacionais em todas as escolas; criação das salas de recursos e das equipes de apoio à aprendizagem nas regionais de ensino; oferta da alimentação escolar e livro didático gratuitos em todas as etapas da educação básica; corpo docente da rede formado por graduados, entre os quais aproximadamente 800 mestres e 90 doutores.

Parece-me que faltou à condução desse processo um elemento fundamental que caracteriza a Gestão Democrática aprovada em Lei por esta Casa Legislativa: a participação das pessoas e dos segmentos envolvidos na concepção, no desenvolvimento e na avaliação de qualquer experiência educacional, em especial naquelas que, de alguma maneira, alteram a vida e o cotidiano da escola.

Sempre estive comprometida com os interesses maiores da educação; por isso, acredito que a implantação dos ciclos de aprendizagem vai ajudar os alunos com dificuldade, a construir uma escola mais humanizada e, conseqüentemente, melhorar o ensino do Distrito Federal.

Em 26-2-2013

A leitura, o Plano e o livro

A I Bienal Brasil do Livro e da Leitura, realizada entre os dias 14 e 23 de abril de 2012 pelo Governo do Distrito Federal e pelo Instituto Terceiro Setor (ITS), me deixou profundamente feliz, pois significou o fortalecimento da cultura no Distrito Federal. Na ocasião, pudemos constatar a adesão das pessoas, a presença das pessoas nos debates, na aquisição de livros. Isso nos dá enorme esperança de que a nossa cidade, a capital de todos os brasileiros, seja também a capital do livro e da leitura.

Após a I Bienal, houve lançamento do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura (PDLL), que foi entregue à sociedade em novembro de 2012, fortalecendo esse sentimento de felicidade, pois acredito que o hábito da leitura é o caminho para o desenvolvimento intelectual do estudante em toda a sua vida. Não é sem razão que uma das três áreas do conhecimento avaliada pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) é a da leitura.

No Distrito Federal, existem todas as condições para que milhares de alunos sejam incorporados ao sistema educacional, desde a educação infantil até o ensino médio. Temos, no DF, todas as possibilidades de continuar ampliando as vagas na Universidade de Brasília, pois sabemos que esta cidade tem potencial para fazer com que crianças e adolescentes adquiram desde cedo o hábito da leitura – o que lhes dará acesso ao exercício pleno de uma cidadania responsável e ativa.

O casamento entre a educação e a cultura é necessário para se criar, na população, sobretudo no jovem, um espírito de cidadania efetiva, de compreensão real do que significa ser cidadão, no sentido da sua atuação sempre crítica sobre a sociedade, sobre o que está lendo, sobre o que está vendo no cinema. A cultura e a educação são elementos cruciais para a construção dessa consciência cidadã, desde cedo, nos adolescentes e até nos cidadãos adultos, posteriormente.

Tive a honra de fazer parte de um governo que criou a Mala do Livro, uma experiência fantástica, por meio da qual os livros eram levados a locais distantes no Distrito Federal. É uma pena que, muitas vezes, o preconceito leva as pessoas a acharem que os mais pobres, das cidades mais distantes do Plano Piloto, não gostam de ler. Não me surpreende, pois, o fato de saber que, quando há livros, crianças, adolescentes e adultos se interessam pela leitura. Então, o Plano Distrital do Livro e da Leitura tem de corresponder a isto: criar condições para possibilitar o acesso de todos ao livro e à leitura.

Permitir o acesso ao livro e à leitura, fortalecer as coleções de livros, criar as bibliotecas em todas as cidades, fazer a mala do livro chegar a lugares onde não há bibliotecas são ações necessárias, para tornar o Distrito Federal referência no saudável hábito da leitura.

Em 10-6-2013

Dia do Professor: celebração e visibilidade

Em 15 de Outubro, celebramos o dia do professor. Sobre a origem da data, a explicação mais convincente parece ser a de que, em 15 de outubro de 1827, D. Pedro I, imperador do Brasil, inspirado pelas exigências da primeira Constituição Imperial de 1824, institucionalizou o ensino elementar no País.

O decreto imperial, além de dispor que toda vila, cidade ou lugarejo do Brasil deveria criar a oferta do ensino elementar, trazia disposição em relação ao salário dos professores e aos mecanismos de sua contratação. Ainda assim, sabe-se que o ensino obrigatório como dever do Estado é política pública tardia na história do Brasil e, ainda hoje, a despeito de todos os esforços despendidos nos últimos anos, muitas crianças estão apartadas do direito fundamental à educação.

Se muito avançamos na perspectiva de uma escola para todos e todas, muito devemos ao trabalho, à dedicação e ao esforço da organização social e política dos professores e professoras que, para além da defe-

sa de seus legítimos interesses corporativos, souberam reconhecer e lutar pelo direito a uma educação universal, gratuita, laica e de qualidade.

Por consequência, é preciso celebrar o dia do professor, lembrando e revivendo as circunstâncias que marcam a razão de ser desse dia, isto é, os imperativos legais que instituíram a obrigação do Estado com a oferta da educação e a devida valorização dos profissionais docentes.

Há muito foi superada a visão idealizada e romântica de que o professor exerce um tipo de sacerdócio, uma missão para a qual não importa a contrapartida de sua remuneração. Aos professores, como categoria profissional, devemos-lhes respeito – o que inclui, de maneira necessária e interdependente, salário digno, carreira valorizada, formação continuada e condições adequadas de trabalho.

É necessário, pois, dar mais visibilidade à situação dessa categoria profissional para que, por meio de seu trabalho pedagógico, sempre tenhamos motivo para celebrar o Dia do Professor.

Em 15-10-2013

Dia Mundial da Alfabetização

Relatórios anuais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) bem como Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comprovam o que muitos já sabem: o direito universal à instrução vem sendo reiteradamente violado por boa parte das nações do mundo.

Em 1967, a ONU e a Unesco, ao declararem 8 de Setembro como o Dia Internacional da Alfabetização, objetivavam chamar a atenção do mundo, chamar a atenção dos governantes, das entidades e da sociedade, para debater o problema do analfabetismo e apontar caminhos para eliminá-lo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 26, registra que toda pessoa tem direito à instrução. Além disso, há previsão de que a instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais; a instrução técnico-profissional será acessível a todos; e a instrução superior estará baseada no mérito.

Há, hoje, no mundo, 774 milhões de adultos que não sabem ler nem escrever, dos quais 64% são mulheres, segundo o 11º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, da Unesco. No Brasil, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais foi estimada em 8,7%, o que corresponde a 13,2 milhões de analfabetos, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo IBGE em 2012.

Em um grupo de 150 países avaliados pela Unesco em 2012, o Brasil aparece em 8º lugar entre os países com maior número de analfabetos adultos. Portanto, o Estado está devendo ao povo esse direito básico, que possibilita ao indivíduo ingressar no mundo do conhecimento. Logo, não se conseguiu, ainda, fazer com que esse direito chegue a todos os brasileiros, apesar de todo o esforço do Poder Público nesse sentido.

O Brasil possui diversas experiências no processo de alfabetização, como o Movimento de Educação de Base, criado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; o Programa Nacional de Alfabetização, criado em 1962. Depois do golpe militar de 1964, esse programa foi suspenso e houve a experiência – eu diria fracassada – do Mobral, que, de alguma forma, deturpava o conteúdo conscientizador do método Paulo Freire.

Em Brasília, no primeiro governo do Partido dos Trabalhadores, em que fui vice-governadora, lançamos o Pró-Alfa, que contou com a presença de Paulo Freire. Esse projeto, que envolvia entidades da sociedade civil e a Secretaria de Educação, visava melhorar os indicadores de analfabetismo no DF, que, a despeito de ser um dos mais baixos do Brasil, existe.

O esforço não é à toa, pois acredito que, enquanto existir uma pessoa analfabeta, estamos devendo a essa pessoa um direito básico. Foi nesse sentido que Agnelo Queiroz, ao assumir o governo do Distrito Federal, disse, em várias ocasiões, que uma de suas metas é fazer com

que o analfabetismo seja zerado no Distrito Federal. Eis um grande desafio, assim como é um grande desafio a qualificação do ensino, pois ainda existem os analfabetos funcionais, ou seja, aqueles que são capazes de identificar letras e números; mas não conseguem compreender um enunciado, por mais simples que seja.

Analfabetismo, má qualidade do ensino, evasão escolar, melhoria na aplicação dos recursos públicos exigem esforço de uma geração ou mais para serem debelados.

Em 13-9-2013

III – Saúde

Um novo Código de Saúde para o Distrito Federal

O Código Sanitário do Distrito Federal, instituído pela Lei 5.027/1966, encontrava-se, em muitos aspectos, desatualizado – o que vinha causando insegurança jurídica aos profissionais da saúde pública.

Como médica sanitarista, atuei em várias áreas de saúde pública do Distrito Federal, sofri e vi colegas sofrerem com a inexistência de um código que pudesse efetivamente defender a saúde pública em Brasília, um código que pudesse servir como referência para que os técnicos em saúde exercessem a fiscalização e exigissem respeito às regras de saúde pública aos que atuam em atividades comerciais com interface na saúde.

Além de outros aspectos, preocupou-me essa situação. Então, em meu primeiro mandato como deputada distrital, entre 2003 e 2006, realizei inúmeras audiências públicas com técnicos da saúde, com o setor empresarial na área de farmácia, com os profissionais que cuidam dos animais. Desse modo, elaborei, ainda no primeiro man-

dato, um código de saúde, que foi sendo aperfeiçoado ao longo de sua tramitação; não foi possível, contudo, aprová-lo à época.

No meu retorno à Câmara Legislativa, em 2012, retomei o projeto de construção de um novo Código de Saúde para o DF, atualizado com a nova legislação existente no País. Discutimos com os diversos setores da saúde pública e, só então, nós o apresentamos nesta Casa de Leis sob a forma do Projeto de Lei 1.291/2012, que foi aprovado em todas as comissões pertinentes e no Plenário. Em 6 de março de 2014, foi sancionado pelo governo do Distrito Federal o novo Código de Saúde para o DF.

A publicação, no Diário Oficial do Distrito Federal, da Lei 5.321/2014, que institui o novo Código de Saúde no DF e que dispõe sobre as competências da Vigilância Ambiental, Epidemiológica, Sanitária e Saúde do Trabalhador no Distrito Federal, representa avanço para o DF, pois se trata de uma lei moderna e abrangente, de uma lei que normatiza, com eficácia, a nossa saúde pública.

Várias capitais brasileiras possuem os seus códigos de saúde. Em viagens pelo Brasil, eu via na parede de estabelecimentos um diploma, eu via a presença do Estado. Isso me deixava feliz. Feliz em saber que alguém do Estado, que um agente do governo estava preocupado com a proteção, com a saúde dos consumidores.

Agora, temos um novo Código de Saúde, temos a Lei 5.321/2014, que, creio, traduz a necessidade objetiva da população do Distrito Federal e o anseio dos que trabalham em saúde pública.

Em 7-3-2014

A integralidade e a intersectorialidade nas políticas de saúde mental no DF

O Dia da Luta Antimanicomial é comemorado em 18 de Maio e nos remete ao combate desenvolvido no Brasil pelo Movimento Social, nas décadas de 1970 e de 1980, pelas liberdades democráticas, pelo fim da ditadura militar.

Essa peleja teve, no seu bojo, participação importante de usuários, de trabalhadores da saúde, uma agitação social conhecida como Movimento Sanitário, cuja bandeira foi a construção de um sistema nacional de saúde, público, gratuito e de qualidade.

Essas mobilizações no campo da saúde desembocaram na 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986 e serviram de subsídio ao Congresso Constituinte na construção da seção sobre a saúde na Constituição de 1988. De lá para cá, foi realizado um trabalho, junto ao Congresso Nacional e ao Executivo Federal, para implantar a reforma psiquiátrica no Brasil.

No Executivo, algumas experiências foram muito importantes para demonstrar que era possível, necessária e fundamental a realização

de uma reforma psiquiátrica, como a experiência exitosa da Prefeitura de Santos, com o Davi Capistrano à frente da Secretaria de Saúde, o que representou um alento para todos aqueles que queriam tratar com dignidade as pessoas com transtorno mental.

Com todo esse debate em torno da luta antimanicomial, obtivemos êxito no Congresso Nacional. Em Brasília, houve um momento de extrema importância, à época do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores, com o Cristovam e comigo, vice-governadora, quando demos passos importantes em direção ao estabelecimento da reforma psiquiátrica no Distrito Federal.

Na sequência, houve grave crise na área de saúde como um todo, fato que provocou retrocesso na atenção à saúde mental. Agora, com a assunção do governo Agnelo ao Buriti, temos esperança de levar adiante, de forma definitiva, uma reforma psiquiátrica no DF.

Para além disso, preocupa-nos a defesa, em diversos espaços institucionais, da internação compulsória para quem está em situação de drogadição. Isso nos reporta aos antigos manicômios que existiam no Brasil: a segregação das pessoas em espaços, muitas vezes, sem as condições mínimas para serem cuidadas.

No lugar da internação compulsória, é preciso, com urgência, efetivar uma rede de assistência à saúde mental integrada à rede de assistência à saúde do DF; construir políticas intersetoriais de saúde mental; criar uma política eficaz de combate às drogas, ao *crack*; instituir um conselho de saúde mental como espaço de debate entre o governo e os movimentos de usuários; alterar a competência administrativa, de maneira que a política sobre drogas passe a ser intersetorial e coordenada pela Secretaria de Saúde, e não pela Secretaria da Justiça.

Por isso, acredito ser necessário trazer à memória o Dia da Luta Antimanicomial e reconhecer que existem alternativas e estratégias para promover a participação e inclusão social das pessoas com sofrimento mental na sociedade.

Em 8-11-2013

Programa Mais Médicos, radicalismo e preconceito

O Programa Mais Médicos, do governo federal, lançado em julho de 2013, para preencher cerca de 10 mil vagas para atuação exclusiva na área de atenção básica nas periferias de grandes cidades e em cidades remotas do interior em todas as regiões do País, gerou, na grande mídia, debate esdrúxulo.

Esdrúxulo, porque, se há locais no País em que não há médicos e se os médicos brasileiros não têm interesse em trabalhar neles, é razoável que o governo encontre solução para resolver essa situação. Para se ter ideia, há cidades no Brasil em que não há sequer um médico para atender à população.

O objetivo do Programa é assegurar, por meio do pagamento de salário de aproximadamente 10 mil reais mensais e da ajuda do governo federal, a presença de médicos em regiões desatendidas. Se não existem candidatos brasileiros, médicos estrangeiros podem participar. Essa foi

a solução encontrada para levar saúde à população dos mais variados municípios do País.

A proposta veio sob a forma da Medida Provisória 621/2013, que institui o Programa Mais Médicos². Para espanto de todos, a estranha reação ao Programa Mais Médicos adveio justamente da Associação Médica Brasileira e do Conselho Federal de Medicina, que insistem em resistir à presença de médicos de outros países, sobretudo de Cuba, trabalhando no Brasil. A propósito, o Programa tem mais de 70% de aprovação por parte da população.

A demonstração de xenofobia, racismo e preconceito contra os médicos cubanos ocorrida em Fortaleza, em 26 de agosto de 2013, deveria nos envergonhar. Protestar é democrático; ofender com xingamentos racistas é crime. É inaceitável esse comportamento, que vai contra o Código de Ética Médica, segundo o qual “a medicina é uma profissão a serviço da saúde, do ser humano e da coletividade e será exercida sem discriminação de nenhuma natureza”.

Muitos criticam o fato de o programa não exigir a realização do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas (Revalida), criado em 2010 pelos ministérios da Educação e da Saúde para simplificar o processo de reconhecimento de diplomas de medicina emitidos por instituições de ensino estrangeiras. Ora, se os profissionais estrangeiros que estão no Brasil tivessem o Revalida, provavelmente fariam como os profissionais brasileiros: deixariam essas regiões periféricas ao deus-dará e atuariam nos grandes centros urbanos. Por isso, o Ministério da Saúde prescindiu do Revalida.

Não há, de fato, necessidade do Revalida; mas há, sim, necessidade de acompanhamento profissional e de apoio dos órgãos federais, como o Ministério da Saúde. Dessa forma, muitos municípios terão não só médicos, mas também estrutura mínima para lhes servir de auxílio.

2 A Medida Provisória 621/2013 foi convertida na Lei 12.871, de 22 de outubro de 2013.

Outro comportamento que também me pareceu excêntrico foi um órgão da imprensa afirmar que Cuba está exportando médicos para o mundo. Nesse ponto, é importante dizer que há países que exportam cocaína, e ninguém está criticando isso; há países que exportam merce-nários, e ninguém fala nada a respeito; há países que exportam armas, e ninguém se preocupa com isso.

Cuba exporta, sim, médicos; exporta diversos outros profissionais de nível superior, profissionais competentes, profissionais respeitados. Tanto é que, na diplomacia, eles criaram a denominação de *soft power*; poder leve, poder delicado, para designar esse tipo de política.

Em Cuba se exerce o turismo de saúde. Não é só o jogador argen-tino que vai a Cuba se tratar. Vão a Cuba inúmeras pessoas que preci-sam de atendimento adequado nas especialidades em que esse país está à frente dos demais. Nas doenças dermatológicas, por exemplo, Cuba extraiu o princípio ativo para combater o vitiligo. Portanto, ela envia remédios contra vitiligo para o mundo inteiro, bem como recepciona inúmeras pessoas que vão lá tratar da saúde.

Inúmeros países recebem médicos cubanos; inúmeros paí-ses já têm programas em colaboração com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que recepciona médicos cubanos. No Brasil, também já tivemos. O próprio governo de Fernando Henrique Cardoso trouxe vários médicos cubanos para Tocantins; o governo do Acre há muito tempo trabalha com a colaboração de profissionais de Cuba. Quando governamos o DF, de 1995 a 1998, trouxemos médicos cubanos para nos ajudarem a desenhar o Programa Saúde em Casa, que foi um sucesso e que, infelizmente, foi detonado depois.

Não há, portanto, demérito algum para o Brasil em trazer mé-dicos cubanos para trabalhar aqui; demérito há em desrespeitá-los, ferir-lhes a dignidade, pois esses profissionais possuem grande dose de solidariedade e vão contribuir muito com o Brasil, trabalhando em pe-

quenos municípios brasileiros, em regiões remotas, para onde médicos brasileiros não querem ir trabalhar.

Trata-se, pois, de discussão esdrúxula e enviesada, pois a saúde da população tem de estar acima de preconceitos e de discriminações.

Em 3-9-2013

Fundação Hemocentro – 35 anos

A Fundação Hemocentro de Brasília comemora 35 anos. Para alegria nossa, inúmeros investimentos foram realizados pelo governo do Partido dos Trabalhadores no Hemocentro e, hoje, ele é o melhor hemocentro do País, pois possui equipamentos e tecnologia de ponta que permitiram a Brasília assistir, em 20 de novembro de 2013, ao primeiro Transplante de Medula Óssea (TMO) no Instituto Cardiologia do DF (ICDF), que teve, na Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), apoio necessário para o sucesso desse procedimento médico.

A Fundação sempre foi uma das instituições mais importantes da saúde pública do Distrito Federal. Um dado essencial, do qual às vezes nos esquecemos, é que jamais houve na história de Brasília qualquer caso de transmissão de HIV por transfusão sanguínea, porque temos o processo mais seguro deste País, pois, antes do procedimento, todos os testes são realizados para que se detecte a presença do HIV no sangue. Recentemente, foram adotadas as modernas técnicas do NAT – Teste

do Ácido Nucleico –, que permite perceber, precocemente, a viragem imunológica dos pacientes que se contaminaram com o HIV.

Esses 35 anos do Hemocentro precisam, sim, ser comemorados. Comemorar os avanços obtidos nos últimos anos, os investimentos na segurança da transfusão sanguínea e na instalação dos ambulatórios de coagulopatias hereditárias.

As melhorias realizadas no Hemocentro possibilitaram aos hemofílicos não só tratamento adequado, como também dispensação correta de medicação. Além disso, o ambulatório de anemia falciforme, reivindicação do Movimento Negro do Distrito Federal, foi instalado e já está em pleno funcionamento.

O Hemocentro representa, pois, conquistas importantes para a população do Distrito Federal.

Em 27-11-2013

A Campanha da Fraternidade e a promoção da saúde pública

Em 22 de março de 2012, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou a 49ª Campanha da Fraternidade com o tema “Fraternidade e Saúde Pública” e com o lema “Que a saúde se difunda sobre a terra”. Aproveito a 49ª Campanha da Fraternidade para resgatar algo fundamental ao ser humano e tradicional na Campanha a cada ano: a palavra fraternidade.

O vocábulo “fraternidade” nos remete a um dos ideais da Revolução Francesa, de 1789, que trouxe para nós a trilogia da igualdade, liberdade e fraternidade. A verdade é que nos apossamos muito bem dos dois vocábulos iniciais – igualdade e liberdade –, mas do terceiro fizemos questão de esquecer-lo.

Esquecemo-nos do sentido da fraternidade como a defesa do outro, na perspectiva do que disse o Cristo: *“Amai-vos uns aos outros assim como eu vos amei”*. Então, creio que a dimensão da fraternidade que a

Campanha da Fraternidade quer resgatar é esta: fraternidade como manifestação do amor ao próximo, da harmonia entre os irmãos.

O lema da Campanha da Fraternidade de 2012 tem a ver com minha profissão, com minha luta histórica pela construção de um Sistema Único de Saúde de qualidade e gratuito para a população brasileira. É importante a Igreja se dispor a debater o que representa, realmente, a demanda da população: a difusão da saúde para todos.

O reforço da Igreja em prol da saúde ajuda a despertar a população sobre a importância do fortalecimento da saúde pública no Brasil e – é claro – no Distrito Federal. A Campanha deixa claro para todos nós que o acesso à saúde de qualidade sem nenhum tipo de discriminação é manifestação da fraternidade, de respeito ao próximo.

Houve tempo em que muitos acreditavam que a Igreja se preocupava exclusivamente com o espírito, mas a Bíblia nos mostra, num outro tempo, que o Cristo se preocupou com a integridade do ser humano, com o corpo e com o espírito. Em um de seus sermões, ao falar sobre a divisão dos pães e dos peixes, pôde-se perceber que o povo que lá foi para alimentar o espírito também precisava alimentar o corpo. Existem inúmeros exemplos relatados na Bíblia dos milagres de Cristo com relação ao resgate da saúde de várias pessoas – e essa dimensão é fundamental, pois revela o amor de Cristo ao próximo.

A fraternidade implica, portanto, olhar o indivíduo integralmente: corpo e alma. Por isso, é crucial que o Estado trabalhe na perspectiva da construção dos direitos sociais, da concretização dos direitos à saúde, conforme inscritos Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica do Distrito Federal e no lema da Campanha da Fraternidade de 2012, para que a *“saúde se difunda sobre a terra”*.

Em 8-2-2012

A luta histórica pela construção do sistema de saúde no Brasil

No Brasil, a luta para se construir um sistema público de saúde de qualidade é antiga.

Há alguns marcos históricos, como a realização, em 1986, da 8ª Conferência Nacional de Saúde, cujo relatório serviu de subsídio para elaboração de uma seção sobre a saúde na nossa Constituição. Posteriormente, houve a batalha dos trabalhadores e usuários da saúde para inserir na Constituição Federal de 1988 uma seção específica sobre a saúde. Foi, portanto, uma conquista da população e para a população.

Com a Constituição de 1988, a saúde passa a ser direito de todos e dever do Estado, ou seja, a saúde passa a ser política pública de Estado para os indivíduos que dela precisem. Sobretudo é importante perceber a concepção generosa do sistema público de saúde, que não é contributivo. Desse modo, todos os cidadãos têm acesso ao Sistema, independentemente de pagar ou não ao INSS.

Em seguida, em 1990, foi publicada a Lei 8.080, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS). Logo depois, houve a criação da Lei 8.142/1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Essas normas são instrumentos fundamentais para, a partir desse arcabouço jurídico, lutarmos ainda mais pela efetividade do Sistema Único de Saúde no Brasil. Trata-se de um dos poucos exemplos no mundo de um sistema público de saúde que atende, hoje, cerca de 180 milhões de brasileiros, que usam exclusivamente o sistema público de saúde para atendimento de suas necessidades de saúde. Além disso, mesmo as pessoas que têm plano de saúde, quando precisam de procedimento de alta complexidade, podem recorrer ao SUS.

Brasília foi pioneira na construção de um sistema público de saúde montado no projeto do grande especialista Bandeira de Melo, que pressupunha inclusive alguns dos princípios consagrados atualmente pelo SUS: a complexidade crescente, a saúde perto da casa, a universalidade, a integralidade do atendimento à saúde.

Ficou claro, para nós, que não se pode construir um sistema público de saúde com base exclusivamente em hospitais. Com efeito, em um sistema de saúde eficaz, é necessário prever diversos níveis de atenção: promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde.

No Distrito Federal, houve um tempo em que a atenção à saúde funcionava muito bem; mas, infelizmente, esse tempo foi substituído por outro em que a saúde foi completamente sucateada.

Não é possível negar, então, que temos um grande desafio pela frente: recuperar um sistema destruído, resgatar a participação popular, fortalecer os conselhos, entre outras medidas.

Em 9-3-2012

Síndrome de Down: o caminho da inclusão

A Organização Internacional da Síndrome de Down, que congrega associações do mundo todo, lançou um vídeo global chamado “Me inclua! Eu quero aprender!”, produzido com a contribuição de 68 países, para dar mais visibilidade às pessoas com essa síndrome.

Como muitos sabem, em 1866, o médico inglês John Langdon Haydon Down iniciou estudos sobre a síndrome de Down. Descobriu-se, à época, que essa síndrome é decorrente de alteração cromossômica, que incide no cromossomo 21, fazendo com que, em vez da duplicidade de cromossomos, haja uma trissomia.

Esse acontecimento passou a se chamar Trissomia do Cromossomo 21 ou síndrome de Down. Exatamente por isso, a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas instituiu 21 de Março como o Dia Internacional da síndrome de Down. Portanto, a data escolhida tem a ver com a trissomia do 21, que, em inglês, é 3-21.

Essa alteração cromossomial está relacionada, em regra, à idade materna, de maneira que, quanto mais idosa for a mulher, mais chance haverá de ter uma criança com síndrome de Down.

Estima-se que a incidência da síndrome de Down seja de um em cada 660 nascimentos, incidência que torna essa deficiência uma das mais comuns de nível genético. Segundo o IBGE, há, no Brasil, em torno de trezentas mil pessoas com Down.

Mudanças do fenótipo, aparência física diferenciada, olhos amendoados, face pequena, comprometimento intelectual, dificuldade de aprendizagem, redução ou perda do tono muscular são algumas características decorrentes da mutação no cromossomo.

A despeito dessas dificuldades, há histórias lindas de superação. Há pessoas com síndrome de Down que trabalham, que exercem profissões importantes. Recentemente, estive no Palácio do Planalto, no lançamento do Programa Viver sem Limites, voltado às pessoas com deficiências e, no vídeo apresentado, havia uma jornalista com Down, redatora de uma TV, que falava isto: *“as pessoas com síndrome de Down têm condições de viver uma vida normal”*.

Soma-se a esse o caso de Daniel Borges de Melo, de Uberlândia, que vai participar do Campeonato Brasileiro de Karatê em 2013³ e que aguarda a inserção de pessoas com deficiência no Campeonato Mundial. Com síndrome de Down, o carateca de Uberlândia passou por algumas fases difíceis; contou, porém, com o incentivo da família para estimular-lhe o talento e, agora, sonha em se tornar o melhor carateca na categoria, participando de campeonatos nacionais e internacionais para pessoas com deficiência.

Cada vez mais se entende a importância da inclusão de pessoas com síndrome de Down na sociedade e no sistema educacional, pois há o entendimento de que, quanto mais precocemente forem estimu-

3 Daniel Borges de Melo foi ouro no Campeonato Brasileiro de Karatê em 2013.

ladas, mais rapidamente se tornarão pessoas com condições de viverem plenamente.

A inclusão social dessas pessoas é um caminho para livrá-las do preconceito, da discriminação. Se inseridas em ambiente capaz de estimulá-las, se a família tratá-las com o carinho e amor, terão, certamente, condições de se tornarem pessoas autônomas.

Em 19-4-2012

Síndrome de epilepsia: desconstruindo preconceitos

A síndrome epiléptica, distúrbio comum provocado por várias doenças e muito frequente em todo o mundo, é um drama vivido por muitos brasileiros e se caracteriza por um conjunto de sintomas que indicam que, por algum motivo, um grupo de células cerebrais se comporta de maneira hiperexcitável.

O drama dos que sofrem com epilepsia é gerado pelo estigma, pelo preconceito em decorrência das crises. Quantas vezes se assiste a uma pessoa em crise e os que estão à sua volta ficam desorientados e com medo de serem contaminados.

Na verdade, não existe possibilidade de contaminação. O que existe é preconceito – e esse é um dos aspectos mais cruéis para a pessoa com síndrome de epilepsia, pois gera insegurança e prejudica a realização de suas atividades diárias, como trabalhar, estudar, praticar esportes.

Como médica e militante de um projeto político que busca construir uma sociedade mais justa e mais democrática, elaborei, em meu primeiro mandato, um projeto de lei para assegurar às pessoas com síndrome de epilepsia o direito à atenção integral por parte do Estado.

Esse projeto foi aprovado na Câmara Legislativa e se transformou na Lei 3.342/2004, *que dispõe sobre o direito a assistência dos pacientes de epilepsia*. De acordo com o art. 1º, “*fica assegurado aos portadores de epilepsia o direito a todos os meios terapêuticos reconhecidos pelo Conselho Federal de Medicina, inclusive cirurgia de remoção de foco epiléptico, nos casos indicados pelo médico no âmbito do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal*”.

Não tenho conhecimento de que, em algum momento, haja ocorrido a regulamentação dessa lei, para que ela seja adotada, efetivamente, pela rede pública de saúde do Distrito Federal, pois é inaceitável que, em pleno século XXI, ainda haja, no Brasil, pessoas que precisam realizar um eletroencefalograma, mas não conseguem.

Não se pode esquecer o fato de que a estrutura dos serviços públicos de saúde do DF foi destruída, de forma gradativa, ao longo dos anos. Independentemente disso, há esforço do governo Agnelo Queiroz para atender à demanda da população, a fim de adquirir aparelhos para diagnosticar a síndrome e assegurar aos pacientes da rede tratamento terapêutico ou, se o caso, realização de cirurgia.

Os desafios existem – e precisam ser enfrentados, para que haja atendimento integral e digno às pessoas que têm síndrome de epilepsia.

Em 25-10-2012

IV – Grandes temas em debate

Supremo Tribunal Federal – dois pesos e duas medidas

As contradições e retrocessos da justiça brasileira ficaram patentes no julgamento da Ação Penal 470: pessoas que foram condenadas a regime semiaberto foram presas, arbitrariamente, em regime fechado.

Como militante do Partido dos Trabalhadores, membro da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, defensora dos direitos humanos, não posso aceitar tamanha arbitrariedade e tamanha incoerência da nossa Justiça.

Não posso aceitar isso, porque, na minha vida pública e na minha vida política, sempre defendi e sempre defenderei, para qualquer cidadão deste País, independente de filiação partidária ou de ideologia, respeito ao estado de direito, respeito ao regramento jurídico: é isso que define uma sociedade verdadeiramente democrática.

De fato, o que está na lei, o que está consagrado na lei tem de ser cumprido, independentemente de eu gostar ou não gostar, indepen-

dentemente de atingir aliado ou adversário. Portanto, o que aconteceu é inaceitável, o que aconteceu deveria deixar a todos indignados – indignados em ver a utilização de dois pesos e duas medidas pelo Supremo Tribunal Federal.

Pode parecer natural um ex-senador da Capital da República condenado a mais de 30 anos de prisão ainda estar solto, mas não é; pode parecer natural Demóstenes Torres, que teve a campanha financiada por Carlinhos Cachoeira, ser aposentado pelo Ministério Público com salário de cerca de 22 mil e estar solto, mas não é; pode parecer natural o mensalão do PSDB de Minas até hoje não ter sido julgado pela Justiça, mas não é. Tudo isso afronta a democracia.

A lei, em um estado democrático de direito, tem de valer para todos: não pode haver dois pesos e duas medidas. Algumas pessoas ficam felizes com o que ocorreu com os companheiros do Partido dos Trabalhadores. Mas essa euforia está errada, pois temos de exigir o cumprimento da lei para todos.

Não faz sentido algum o Supremo Tribunal Federal se valer da teoria do domínio do fato, arquitetada pelo professor alemão Claus Roxin, para condená-los, pois não se trata de teoria processual. Por isso, a utilização dessa doutrina, adotada à época de Hitler, foi condenada pelos melhores e mais respeitados juristas deste País. Aqui, cabe perguntar: será que eles vão usar, em outro julgamento, a teoria do domínio do fato para processar alguém?

É óbvio que, se alguém praticou ato ilícito, sujeito à pena de reclusão, em regime fechado, tem de ser preso mesmo. É óbvio, também, que o regramento jurídico tem de ser respeitado. Do contrário, passamos todos a ser reféns de um sistema arbitrário, injusto, como ocorreu na Ação Penal 470.

Porém, muitos foram condenados a regime semiaberto e presos como se condenados a regime fechado. Isso é inaceitável. Não é sem motivo que Renato Janine Ribeiro, professor de ética e filosofia política da Universidade de São Paulo, afirmou que o julgamento do mensalão

não teve efeito pedagógico, pois, *“se tivesse havido um pouco mais de moderação nesse processo, é muito possível que nós saíssemos dele com mais convicção de que alguma coisa estava errada”*.

É preciso, então, que cada um de nós, cidadãos e cidadãs brasileiros, aprenda a exigir que as leis sejam cumpridas por todos e que aprenda a rechaçar as arbitrariedades, pois a democracia nunca será democracia plena se eivada de injustiça, de julgamentos parciais.

Muitos estão aplaudindo o que ocorreu no julgamento da Ação Penal 470; a minha consciência, entretanto, não me permite aplaudir a Justiça que tem dois pesos e duas medidas.

Em 19-11-2013

Um mundo em ebulição

O mundo vive profundo antagonismo entre aquilo que interessa à humanidade, do ponto de vista da possibilidade de seus desafios e de sua evolução, e aquilo que interessa à banca internacional.

O Brasil não está imune a esse antagonismo. Contudo, o governo do presidente Lula e, agora, o da presidenta Dilma Rousseff estão conseguindo manter o País em crescimento, embora desacelerado no último ano; assegurar o nível de emprego, um dos mais altos do mundo hoje; garantir o crescimento real do valor do trabalho, quando se demitem e se desempregam trabalhadores em muitos países.

Há, ainda, avanços consideráveis em relação à melhoria da qualidade de vida da população e à inclusão social: milhões de brasileiros e de brasileiras saíram da linha da extrema pobreza e vivem com mais dignidade; milhões de pessoas tiveram, pela primeira vez, a chance de possuir casa própria; milhões de pessoas ingressaram em algum tipo de trabalho – só nestes últimos anos, foram criados cerca de 20 milhões de empregos formais, com carteiras assinadas.

A democracia foi fortalecida por meio da participação popular em diversas instâncias do Poder, do acesso às condições dignas de desenvolvimento do potencial de cada ser humano, da garantia da efetividade dos direitos sociais e da maior participação das mulheres na vida social.

Ao lado desses significativos avanços, temos de conviver com um conflito de interesses e de valores que são extremamente preocupantes, com uma realidade que nos deixa a todos perplexos, dados os retrocessos advindos da luta política incessante, da força do capital financeiro internacional com sua doutrina exclusivamente neoliberal.

A despeito dessas divergências, continuo acreditando que as forças vivas da sociedade estão na luta, para que a realidade econômica favorável e os avanços sociais sejam duradouros e extensivos a todos os brasileiros.

Em 17-5-2013

Brasília: ação pela vida

Brasília, cidade com a maior renda *per capita* do Brasil, tem sido objeto do desejo de associações criminosas, do crime organizado que se desloca do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outras regiões para cá, sobretudo para a região do Entorno, espalhando medo e insegurança à população do Distrito Federal.

A escalada da violência em Brasília em decorrência da ação do crime organizado exige postura firme do Estado. O Programa Ação Pela Vida, desenhado pelas forças da segurança, é uma resposta eficaz com base em dados estatísticos criminais e no uso de tecnologias de informação, como o Sistema Polaris, que acompanha o registro de ocorrências policiais, no DF, em tempo real.

O conjunto de investimentos realizados pelo governo, sobretudo na área da inteligência e na integração maior da atuação da polícia do Distrito Federal com a polícia de Goiás na região do Entorno, sinaliza, com clareza, a tentativa de sanar ou, pelo menos, minimizar a situação

de insegurança pública no Distrito Federal e no Entorno.

As corporações da segurança pública têm agido, com rapidez, para coibir práticas criminosas e têm conseguido, assim, desbaratar quadrilhas instaladas no DF e Entorno.

Essas ações não deixam de ser um alento à nossa população, que tem de conviver diariamente com o medo.

Em 27-2-2013

PEC dos trabalhadores domésticos: o fim da discriminação

Há um fato relevante e recente na história do Brasil que merece reflexão da sociedade: a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição que regulamenta o trabalho doméstico, mais conhecida como “PEC das Domésticas”.

A Emenda Constitucional 72/2013 altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição de 1988, para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

Com a alteração no texto da Constituição pela EC 72/2013, as empregadas e empregados domésticos passam a ter jornada de trabalho máxima de 8 horas diárias e 44 semanais, adicional noturno para jornada entre 22h de um dia e 5h do dia seguinte, horas extras, FGTS, seguro-desemprego, seguro acidente do trabalho, entre outros direitos trabalhistas.

É bem verdade que, após a promulgação da Emenda 72 pelo presidente do Congresso, a sua regulamentação foi aprovada no Senado, porém se encontra ainda em análise na Câmara dos Deputados. Aprovada a regulamentação nesta Casa de Leis, cerca de 7 milhões de trabalhadores e trabalhadoras domésticos terão a proteção de todos seus direitos trabalhistas, sem discriminação nem preconceito.

Pela primeira vez no País, as pessoas que trabalham em nossas casas terão direitos trabalhistas equivalentes aos demais trabalhadores urbanos e rurais. Quero registrar isso, porque considero uma mudança que, de fato, repõe a construção do Brasil em um novo padrão civilizatório: começa-se a quebrar o histórico da Casa Grande-Senzala e a assegurar aos trabalhadores e trabalhadoras domésticos igualdade de direitos.

Agora, não é mais possível tratá-los como se fossem apêndices da nossa casa, falseando uma relação trabalhista profissional com uma relação aparentada, que servia tão somente para mascarar o cumprimento dos direitos trabalhistas dos trabalhadores domésticos. O Brasil, portanto, está avançando para construir outro patamar de relações entre os trabalhadores domésticos e seus empregadores para que se possa estabelecer um quadro muito mais civilizado e adequado às conquistas que o povo trabalhador brasileiro tem tido nos últimos anos.

A promulgação da EC 72/2013 pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal engrandece o Legislativo, pois, como se sabe, cabe a esse Poder – um dos sustentáculos da nossa democracia – a elaboração das normas jurídicas.

Muitos criticam – e com razão – que, no afã de regular a vida da sociedade e garantir o desenvolvimento do País, o Parlamento tem produzido uma profusão de normas, muitas das quais inúteis, absolutamente desnecessárias, a ponto de muitos parlamentares medirem a efetividade de seus mandatos pela quantidade de leis que produzem.

Não é o caso da Emenda à Constituição 72/2013, pois se trata de norma absolutamente necessária, que põe fim a anos e anos de discriminação e de desrespeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras domésticos no País.

Em 3-4-2013

Brasil: um país em transformação

Os acontecimentos diários revelam que vivemos uma profunda crise em todos os cantos do mundo. Eu diria até de uma crise civilizatória que demonstra que temos construído uma sociedade que, em certa medida, perdeu a noção de valores, em que se mata por um tênis, em que se rouba para se poder exhibir algo que não se tinha como comprar.

Tudo isso é fruto de valores cultivados pela sociedade capitalista, que exhibe, como nunca antes, hegemonia brutal dos interesses da banca internacional, exacerbando, ainda mais, o sentimento de que não somos iguais. Ora, se não sou igual e quero ser, preciso buscar algo que não tenho a qualquer custo. Daí os absurdos a que estamos assistindo diariamente.

Esse cenário nos deixa céticos e contamina as instituições, os políticos, a população, gerando ainda mais crises. Crise de representatividade, crise de credibilidade na ação política e na ação institucional. Em resposta a esse momento de crise, temos de tornar transparentes nossos

atos, tornar transparentes os atos da administração pública.

É preciso, portanto, resgatar a credibilidade das instituições, é preciso que a população acredite que as pessoas que estão governando, que estão exercendo o mandato, que estão no Ministério Público, que estão na Justiça estão aí para atender ao interesse público, e não para fazerem negociações, e não para satisfazerem a interesses particulares.

Apesar das crises, o Brasil avança, permitindo mais transparência dos atos do Poder Público, seja com o fortalecimento da Controladoria Geral da União, seja com a Lei do Acesso a Informações. Nesse sentido, a manutenção e preservação da liberdade de imprensa são fundamentais para que os cidadãos possam se informar e se posicionar diante de tudo o que está ocorrendo.

No Brasil, é urgente a reforma política; é urgente pôr fim ao financiamento privado de campanhas, porque, muitas vezes, o crime organizado paga a campanha de um parlamentar ou de quem quer que seja e depois vêm as cobranças, enfraquecendo as instituições. Outras propostas que fazem parte da reforma política são: fim das coligações partidárias para eleições proporcionais, o que reforça o voto do eleitor em cada partido; coincidência das eleições municipais, estaduais e federais, economizando recursos; ampliação da participação da sociedade na apresentação de projetos da lei, inclusive pela Internet.

Então, o fim do financiamento privado de campanha é necessário para aprimorarmos o País; é necessária, ainda, a votação em lista partidária, de preferência com paridade, para que as mulheres possam ter ampliada sua participação na política. A propósito, o Brasil, por incrível que pareça, é um dos países que tem um dos menores indicadores de participação feminina no parlamento, perdendo até mesmo para países muçulmanos. É impressionante isso.

O ideal seria que elegêssemos pessoas da sociedade para participarem de um Congresso exclusivo que reescrevesse a Constituição, avançando, ainda mais, rumo a uma sociedade mais aberta, mais demo-

crática, em que cada cidadão pudesse, de fato, ter acesso a seus direitos, em que as instituições fossem remodeladas, para que o controle social fosse extensivo a todos os órgãos, a todas as instituições deste País.

O voto aberto já é realidade no Brasil. Sempre achei que o político que não tem coragem de assumir posições não tem o direito de representar a população. É preciso dizer: estou votando assim por causa da minha posição. Penso que este é um direito que todos os eleitores têm: o de acompanhar o posicionamento de seus representantes para que possa, inclusive, ser aprimorado o processo democrático.

O Brasil é uma jovem democracia, e a democracia tem este mérito: é um regime político capaz de se autorreformular, com a participação do povo e com a conscientização crescente da cidadania.

Em 18-4-2013

A Internet e suas potencialidades para o bem e para o mal

No mundo hipercomplexo em que vivemos, a Internet e as redes sociais têm tido papel fundamental, seja como nova forma de ativismo político, seja como meio de difusão de informação, com potencialidades para o bem e para o mal.

Não sem motivo, a Organização das Nações Unidas, ao perceber o potencial da rede mundial, declarou, em maio de 2011, que o acesso à Internet é direito fundamental do ser humano, pois promove a liberdade de expressão e o acesso a direitos civis, como a cultura e a educação. Em contrapartida, esse mundo interconectado cria caminho para a espionagem, a disputa política, o monitoramento de adversários políticos, a ação de criminosos à distância, a violação da privacidade e da intimidade das pessoas.

A espionagem *on-line* ganhou destaque no mundo inteiro com a revelação do norte-americano Edward Snowden, ex-técnico da Agência

Central de Inteligência dos EUA (CIA) e colaborador da Agência de Segurança Nacional (NSA). Snowden, em 2013, revelou que o governo dos Estados Unidos espiona, na rede mundial, a vida de cidadãos comuns desde 2007, por meio de um programa secreto conhecido como *Prism*, o governo monitora, de forma sistemática, a base de dados da Microsoft (Hotmail), Google (Gmail), Yahoo!, YouTube, Facebook, Skype, America Online (AOL), PalTalk e Apple.

Não é razoável ser contra a utilização da Internet para a disputa política, não é razoável ser contra a utilização da rede mundial para promover o acesso à cultura, à educação e à informação, pois a disputa política tem de ocorrer em terreno republicano, democrático; contudo, o desrespeito à privacidade de quem quer que seja é crime. Eu mesma, quando Secretária da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST), fui vítima de empresas que se sentiram prejudicadas em processo licitatório; por isso, usaram *fakes*, usaram perfis falsos em redes sociais para me atacar, para tentar me desmoralizar.

No *Twitter*, há determinados *hashtags* que simplesmente pregam golpe militar no Brasil, há outros que fazem acusações absurdas. Esse é o dilema que possui a Internet e as redes sociais. São instrumentos fantásticos; porém, sem controle algum, podem ser usados para o bem e para o mal.

Daí a importância da aprovação do Projeto de Lei 2.126/2011⁴, que cria o Marco Civil da Internet, para controlar o uso e limitar o acesso ao conteúdo da Internet no Brasil, por meio da previsão de princípios, garantias, direitos e deveres dos que usam a rede.

Portanto, o uso da rede mundial para espionar pessoas, para gravar conversas de autoridades, para fazer a disputa política rasteira é inaceitável; todavia, quando jovens fazem convocação por meio das

4 O Projeto de Lei 2.126/2011 foi aprovado em 25 de março de 2014 pela Câmara dos Deputados e, agora, segue para apreciação do Senado Federal.

redes sociais e se mobilizam à busca de melhores condições de vida, sem debandar para o vandalismo, isso é positivo para o País e fortalece o processo democrático.

Em 20-8-2013

A mídia que acaba com o Brasil

O Brasil é o pior dos mundos, o Brasil vive uma grave crise, o Brasil está em recessão, o Brasil é um caos, o Brasil sofrerá apagões – esses são os cenários sombrios divulgados, diuturnamente, pelas grandes empresas de telecomunicações.

Será que o País em que vivo é o mesmo em que vivem esses jornalistas que fazem a apologia do caos? É óbvio que, com essa pergunta retórica, não estou sugerindo que problemas não existam, mas tenhamos um pouco, pelo menos, de bom senso e de compromisso com a realidade que nos cerca.

Em muitos aspectos, o Brasil melhorou. Comemoramos, no mês de outubro de 2013, um dos menores índices de desemprego de nossa história (5,2%), sem mencionar outros indicadores sociais que apontam melhorias significativas na vida da população em geral. Ainda no mês de outubro, o Diretor-Geral da Honda visitou a presidenta Dilma Rousseff e anunciou a construção da segunda fábrica dessa empresa no Brasil, em Itirapina/SP.

Como contraponto a esses dados, o desemprego na zona do euro bateu recorde e chegou a 12,1%, em 2013. Na Grécia e na Espanha, esse índice se aproxima de 30% e cerca de metade dos jovens não encontra trabalho, formando o que eles chamam de “geração perdida”. Todos sabemos que esses e outros problemas que atormentam a União Europeia (UE) estão ligados à crise econômica global, que foi iniciada, em 2008, a partir da crise imobiliária nos Estados Unidos.

Mesmo diante desse cenário internacional negativo, para esses jornalistas, o Brasil é uma tragédia em vários atos: querem transformar o Programa Mais Médicos em um fiasco, quando, em setembro de 2013, houve, por causa da ação desses médicos, 320 mil consultas realizadas, ou seja, 320 mil pessoas que não seriam atendidas tiveram acesso aos serviços de saúde.

Conquanto não estejamos no melhor dos mundos, não é honesto afirmar que o Brasil não está progredindo, não é honesto afirmar que o País não está dando certo. Somos, hoje, um país respeitado no mundo inteiro.

Não posso acreditar que uma empresa, como a Honda e como tantas outras grandes empresas, investiria em um país que não tivesse perspectiva, que não tivesse a possibilidade de sustentabilidade econômica e que não fosse útil a seus interesses econômicos e, portanto, a seus lucros.

É urgente, pois, livrar o Brasil do que Nelson Rodrigues chamava de complexo de vira-lata, ou seja, do sentimento de inferioridade do brasileiro em relação a outras grandes potências.

Em 27-11-2013

V – Direitos humanos

“Se houver punição, vai haver paralisação”

“Se houver punição, vai haver paralisação” – esse era o grito de ordem que ecoava nos corredores, nas salas, no *campus* da Universidade de Brasília, entre 1970 e 1980.

Mais do que uma frase, um som, esse brado era a expressão de um desejo dos estudantes que, à época, se insurgiram contra os arbítrios existentes em um espaço de ensino tomado pela repressão política do momento, pela repressão da Ditadura Militar em decorrência do golpe de Estado ocorrido, em 31 de março de 1964, com o pretexto de combater a ameaça comunista, a corrupção e a crise político-econômica do País.

A Ditadura Militar durou 21 anos. Nesse clima de tensão, prisão e medo, a repressão violenta a alunos e professores da Universidade de Brasília, por meio do aparelho do Estado, aniquilava os propósitos que haviam inspirado sua criação mediante uma experiência educadora que

tinha como objetivo estimular a produção acadêmica e melhorar a realidade brasileira.

De uma Universidade que se pretendia inovadora e vanguardista, vimos, com tristeza, o declínio institucional, a saída de renomados professores, a vigilância constante a estudantes, o fechamento de centros acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes, as péssimas condições do restaurante universitário.

Diante desse cenário, qualquer mobilização dos estudantes para reivindicar melhorias na qualidade do ensino, melhorias na própria Universidade, era tida como afronta à reitoria da época, em especial, ao Reitor José Carlos de Almeida Azevedo, representante da Ditadura Militar.

Assim, em 1977, após o chamado Grande Ato, realizado pela comunidade universitária, em que essas reivindicações foram expostas, o Reitor, de forma arbitrária, puniu três estudantes, reacendendo, naqueles que lutavam junto contra esses abusos, a promessa de que *“se houver punição, vai haver paralisação”*.

Foi esse grito, foram essas palavras, assim pronunciadas por uma jovem estudante, que fizeram parar por quase 90 dias a Universidade de Brasília, demonstrando a resistência e a força do movimento estudantil da UnB, totalmente em consonância com o desejo de milhares de brasileiros.

Não é preciso ser dito que a reação a essa paralisação foi extrema. A Universidade foi invadida, prisões foram realizadas, a vigilância foi intensificada e, tempos depois, em 29/7/1977, foi publicado o ato de expulsão de trinta universitários, entre os quais a estudante que, corajosamente, expressou o sentimento dos alunos, Maria Teresa Gonçalves de Souza, bem como Arlete Sampaio e Érika Kokay, hoje parlamentares democraticamente eleitas.

Rememorar esses fatos é renovar a chama da democracia, das liberdades civis, do sonho de uma sociedade mais justa e igualitária. Po-

der expressá-lo é ter certeza de que essas lutas não foram em vão, haja vista a Constituição de 1988, a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB, a Comissão Nacional da Verdade, que visam à reconstrução da história dos anos mais obscuros do País.

Em 17-3-2014

Combate à homofobia: desafio para uma política de Estado

Os retrocessos advindos da luta incessante contra o preconceito, as agressões contra pessoas de orientação sexual diferente nos deixam perplexos e revelam o quanto precisamos avançar rumo à consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Para se ter noção da realidade, dados do Grupo Gay da Bahia indicam que, em 2010, houve 260 assassinatos de gays, travestis e lésbicas, vítimas de agressões físicas com fortes indicações homofóbicas contra 198 mortes do tipo no ano anterior. Esses dados revelam, pois, aumento em relação a 2009.

Esse estado de coisas, contudo, já foi pior, muito pior. Quando estudante de Medicina, tínhamos de colocar nas pessoas que entendíamos homossexuais ou que se declaravam homossexuais um código CID – Classificação Internacional de Doenças. Eu sou desse tempo.

Então, se olharmos para esse tempo e comparamos com a realidade atual, não podemos, nem devemos ser pessimistas. Temos de reconhecer que avançamos muito em relação à conquista de direitos. É claro que não avançamos na velocidade com que gostaríamos em relação à defesa dos direitos de cidadania da população LGBT.

Em decisão unânime, o Supremo Tribunal Federal reconheceu, em maio de 2011, o regime jurídico da união estável para os casais do mesmo sexo. Dessa forma, são garantidos às relações estáveis entre pessoas do mesmo sexo os mesmos direitos e garantias dos casais heterossexuais. Logo depois, em 25 de outubro do mesmo ano, o Superior Tribunal de Justiça autorizou o casamento entre duas pessoas do mesmo sexo. Mais recentemente, o Conselho Nacional de Justiça assegurou aos cartórios a possibilidade de realização da união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Além disso, vários países já conquistaram o direito ao casamento de pessoas do mesmo sexo: Holanda, Bélgica, Canadá, África do Sul, Espanha, Suécia, Noruega, Islândia, Portugal e Argentina. Mais recentemente, foi a vez da Corte Constitucional da França admitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

No Brasil, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção de Direitos de Lésbicas, *Gays* e Bissexuais, Travestis e Transsexuais, que existe desde 2001, tem sido um espaço para se debater essa questão, mostrando a importância da marcha, a importância de pressionar, a importância de apresentar a agenda que precisa ser debatida com a sociedade, extirpando dela a discriminação devido à orientação sexual e à identidade de gênero.

A criação do Sistema Nacional LGBT, a consolidação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a população LGBT, o Programa Brasil sem Homofobia e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT são ações importantes para que se possa avançar na perspectiva de se ter, definitivamente, um Brasil sem homofobia.

Desejamos que Brasília seja exemplo de civilidade, mas não é possível pensar em uma cidade que seja exemplo de civilidade, se ainda há desrespeito aos direitos dos cidadãos. Para se ter ideia, reivindicamos, há tempos, a regulamentação da Lei 2.615/2000, que determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas. O decreto foi publicado; porém, no mesmo dia, houve reação violenta por parte dos setores conservadores de sempre, e houve, então, recuo do governador.

Tenho, pois, absoluta convicção de que a defesa da cidadania da população LGTB é uma questão de direitos humanos, é uma questão de democracia em um mundo em que há aqueles que preferem viver no século XVIII, quando não se respeitavam as diferenças existentes. Por isso, não podemos deixar de fazer pressão, pois, se não houver pressão, não alcançaremos o equilíbrio necessário para uma convivência pacífica.

Penso que estamos em uma nova era em que devemos continuar lutando para conquistar uma democracia real, em que todos os direitos sejam respeitados e em que todas as pessoas sejam respeitadas a partir da própria diversidade da raça humana, para que possamos, de fato, conquistar uma democracia efetiva, porquanto a realidade é fruto de uma correlação de forças que nem sempre pende a nosso favor.

Sem pessimismo, mas com clareza e realismo, temos de prosseguir lutando e fazer o contraponto político às pressões que vêm do conservadorismo.

Em 17-5-2013

Dia da Consciência Negra, resistência e luta contra o preconceito

20 de Novembro, o Dia da Consciência Negra, nos leva à reflexão e à necessidade de avaliação do que foi e do que é a história da relação Brasil-África e da realidade em que vivem a população negra, as comunidades tradicionais, os povos de terreiro neste País.

Essa realidade não me é estranha, pois passei minha adolescência, no interior da Bahia – Estado cuja história é construída basicamente por comunidades negras –, declamando poemas de Castro Alves. Neles, aprendi, desde cedo, que não havia escravos no Brasil, que havia, na verdade, seres humanos livres, extraídos de suas nações e escravizados pela barbaridade dos senhores representantes da elite branca no País.

Do século XVI ao XIX, homens e mulheres, negros e negras africanas, de nações livres, inclusive reis e príncipes, foram retirados de suas nações e trazidos ao Brasil, para serem utilizados como mão de obra escrava e tratados como sub-humanos.

Não foi um processo natural – nem poderia ser. Houve muita resistência. E, nessa luta, várias manifestações ocorreram, vários episódios marcaram a história do Brasil, história que ainda não foi devidamente contada, pois aprendemos, nas escolas, uma versão oficial que não corresponde à realidade. É preciso, portanto, que façamos esforço para entender, de fato, o que aconteceu à época, pois, em pleno séc. XXI, a população negra ainda tem dificuldade de acesso à educação, à saúde, ao mercado de trabalho e a melhores salários.

Descobrimos, por exemplo, que os negros e negras que vieram escravizados para o País eram obrigados a passar por baixo de uma árvore, de um baobá. A partir daquele momento, eles tinham de esquecer seu passado para assumir um presente de humilhações e de sofrimentos, um presente de desprezo e de escravidão.

Muitos, ainda hoje, não sabem; mas havia, entre a população negra, povos desenvolvidos que ensinaram aos brasileiros e portugueses da época a técnica da agricultura e da metalurgia. Essas nações eram muito mais competentes em realizarem o trabalho da agricultura e da siderurgia do que os portugueses e do que os brasileiros que aqui habitavam. Ainda assim, eram tratados, absurdamente, como seres inferiores, com violência e desprezo.

Dessa forma, construiu-se, no Brasil, a cultura da Casa-Grande e da Senzala, que predomina, infelizmente, ainda na concepção de muitos elitistas do nosso País. A despeito disso, essa comunidade permaneceu fiel às suas origens, resistiu ao regime de escravidão, utilizou-se do sincretismo religioso para continuar professando sua fé. Santa Bárbara, São Jorge encontraram os congêneres orixás para que pudessem expressar sua crença nos terreiros deste País.

Zumbi – principal expressão da resistência do movimento negro no Brasil, líder do Quilombo dos Palmares e morto em 20 de novembro de 1695 – e inúmeros outros representantes dessa resistência nem sempre são lembrados pela história oficial brasileira. Então, o Dia da Cons-

ciência Negra é o dia de reafirmarmos o compromisso em defender a construção e o desenvolvimento do País em uma perspectiva democrática que incorpore a luta antirracista e o reconhecimento da diversidade com que é formada a nação brasileira.

Quando se criou a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), pôde-se, pela primeira vez, fazer levantamento dos quilombolas que existem no País e que estavam invisibilizados, para resgatar a história real, com reconhecimento e com respeito absoluto aos negros, aos povos dos terreiros, às comunidades tradicionais, à diversidade religiosa, à diversidade cultural que conformaram a nação brasileira.

Ao desvendarmos a verdadeira história da população negra no País, recompomos, de alguma forma, a dívida histórica que temos para com os negros e negras e, ao mesmo tempo, reconhecemos que os cerca de 4 milhões de negros trazidos ao Brasil foram, durante mais de 300 anos, a principal força de trabalho no País e a base da nossa atividade econômica.

Temos de reconhecer que os direitos não são, de fato, assegurados a todos da mesma maneira, pois existe um preconceito muito forte, que ainda está na cabeça do juiz, do promotor, do médico, do advogado e de tantas outras representações sociais no País.

Em 20-11-2013

Homofobia e preconceito: a interface da violência

Cenas de violência gratuita se repetem a cada dia no Brasil e no Distrito Federal com motivações variadas.

Em 19 de fevereiro de 2013, mais uma ação violenta eleva o número de nossa triste estatística. Um fato lamentável ocorreu na Universidade de Brasília: uma jovem estudante foi brutalmente agredida por um homofóbico que a espancou simplesmente porque se tratava de pessoa de orientação homossexual.

Leis, regulamentos não são suficientes para coibir a ação desses delinquentes. A Lei Orgânica do Distrito Federal condena crimes de discriminação por orientação sexual. É inaceitável, portanto, qualquer forma de preconceito, qualquer forma de violência: todos temos de ser igualmente respeitados, independentemente de cor, raça, orientação sexual.

Nada justifica a violência; por isso, minha indignação e minha esperança de que a reitoria da Universidade de Brasília tome providências

a esse respeito, pois é inadmissível que, em pleno século XXI, quando grande parte dos países do mundo já produziu legislação que permite a união civil entre pessoas do mesmo sexo, quando o Supremo Tribunal Federal também admite essa situação, tenhamos pessoas brutalmente agredidas em razão de orientação sexual.

Esse comportamento agressivo, violento, desrespeitoso, que vem se disseminando na sociedade, depõe contra os direitos humanos e contra uma sociedade que se considera democrática, pois democracia pressupõe respeito às diferenças, democracia pressupõe igualdade de direitos para todos os indivíduos.

Em 20-2-2013

A violência contra a mulher e a efetividade da Lei Maria da Penha

Em 7 de agosto de 2013, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) completou sete anos. Apesar dos avanços, há muitos desafios para eliminarmos a violência contra as mulheres.

A criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher é uma das maiores conquistas desse marco legal; pois, a partir da promulgação da Lei Maria da Penha, foram criadas estruturas para responder às demandas das vítimas, a exemplo da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), que recebe, em média, meio milhão de registros anuais de violência doméstica e familiar contra mulheres; em sua maioria, violência física.

Contudo, a promulgação da Lei não foi capaz de alterar substancialmente os índices e o número de casos de violência contra a mulher, que ainda crescem assustadoramente no Brasil. Conforme o Instituto Sangari, entre os 84 países do mundo, o Brasil ocupa a 7ª posição e tem

uma taxa de 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres, atrás de El Salvador, Trinidad de Tobago, Guatemala, Rússia e Colômbia.

Nos últimos 30 anos, foram assassinadas no Brasil cerca de 91 mil mulheres, 43,5 mil só na última década. Trata-se de violência que ocorre, na maioria das vezes, dentro da própria família.

No Distrito Federal, a realidade não é diferente. Em 2012, o DF liderou novamente o *ranking* anual da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com 1.473,62 registros para cada 100 mil mulheres. Também em 2012, o DF ocupou o 8º lugar no *ranking* nacional de assassinatos de mulheres (5,8 por 100 mil habitantes, de acordo com o Mapa da Violência 2012).

Motivado pelo crescente número de casos de violência contra mulheres, o Congresso Nacional instituiu, em dezembro de 2011, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para “investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”. A CPMI realizou audiências públicas nos estados e diligências nos serviços de atendimento, para investigar a incidência de casos de violência e interpelar os gestores públicos sobre a aplicação da Lei Maria da Penha. Encerrados os trabalhos, o relatório final da CPMI foi apresentado em julho de 2013.

No documento, constam 16 recomendações ao governo do Distrito Federal, entre as quais a ampliação do orçamento e do quadro funcional da Secretaria de Estado da Mulher, melhorias no sistema de transporte público, criação de novas creches públicas e parcerias com os governos do entorno, para atender às vítimas.

O relatório registra, ainda, as boas práticas realizadas pelo governo do DF em relação ao combate à violência contra as mulheres, como a excelente estrutura física e a equipe da Delegacia Especializada

no Atendimento à Mulher (DEAM), considerada uma das melhores do País; a distribuição de kits emergenciais a mulheres em situação de violência sexual; a inserção da temática da violência contra a mulher no currículo escolar do ensino fundamental e a parceria do Ministério Público com a Secretaria de Estado da Mulher, para o atendimento multidisciplinar dos casos de violência doméstica.

Vale destacar a preocupação e o comprometimento do governo do Distrito Federal com superação da violência contra a mulher. Mais uma vez o DF saiu na frente ao ter sido a primeira Unidade da Federação a assinar, em 17 de julho de 2013, o Termo de Cooperação com a SPM, voltado à implantação do Programa Mulher – Viver sem Violência.

O programa do governo federal, lançado em março de 2013 pela presidenta Dilma Rousseff, prevê investimento de 265 milhões de reais até o fim de 2014, para ampliar os serviços existentes e construir novos equipamentos, a exemplo da Casa da Mulher Brasileira, que será construída na capital de cada estado.

É preciso, ainda, ressaltar o empenho e o compromisso do governo federal para fortalecer e ampliar as ações previstas na Lei Maria da Penha. Em 1º de agosto, a presidenta Dilma sancionou, integralmente, o Projeto de Lei Complementar 3/2013, que deu origem à Lei 12.845/2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

A sanção integral do texto aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional foi uma resposta do governo federal às vozes que se elevaram nas ruas durante as manifestações de junho de 2013 às demandas históricas dos movimentos feministas e organizações de mulheres. Mesmo sob forte pressão de setores conservadores, que questionavam a obrigatoriedade dos serviços públicos de saúde de fornecerem a pílula do dia seguinte às mulheres vítimas de estupro. A decisão da presidenta, em sintonia com a Constituição de 1988, representa reafirmação do princípio da laicidade do Estado.

Todas essas ações atestam que a promulgação da Lei Maria da Penha foi e continua sendo fundamental diante da realidade vivida pelas mulheres brasileiras. Ao comemorarmos esse sétimo aniversário, devemos, cada um e cada uma, renovar nosso compromisso pela erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres.

Em 8-8-2013

Violência sexual contra crianças e adolescentes: banalização e revitimização

A violência sexual contra crianças e adolescentes, embora só agora tenha ganhado mais visibilidade, é prática antiga e recorrente na sociedade, daí a necessidade de políticas públicas para combater as causas e prevenir as consequências dessa prática odiosa.

É necessário reconhecermos que ainda vivemos uma grave situação em que crianças e adolescentes são vítimas do abuso e da exploração sexual, para encaminharmos propostas concretas e construirmos, no Brasil e no Distrito Federal, efetiva rede de proteção às crianças e aos adolescentes.

Ora, a proteção das crianças e dos adolescentes é responsabilidade de todos: Legislativo, Executivo, Judiciário e sociedade. Tanto é assim que a própria Constituição de 1988, em seu art. 227, consigna que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde,

à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Além da Constituição de 1988, a Lei 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece, em seu art. 5º, normas semelhantes. Apesar dessas normas de proteção, o quadro que se apresenta é vergonhoso, estarrecedor: quando o Congresso Nacional criou, em 2003, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, foi constatada, sobretudo em algumas regiões do País, efetiva naturalização da violência, do abuso e da exploração sexual de crianças e de adolescentes – e o que é pior: patrocinada, muitas vezes, pela própria família.

Nesse cenário, crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso ou exploração sexual, independentemente da conduta no passado, não podem ser tratadas de forma preconceituosa, como fez, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, que, ao invés de condenar, absolveu o autor do estupro de três adolescentes de doze anos de idade, sob o argumento de que elas já “se dedicavam à prática de atividades sexuais desde longa data”. Registro, aqui, meu repúdio à decisão dessa Corte de Justiça.

Em 2011, o Poder Público realizou parceria com o Sindicato dos Taxistas e com o *Convention Bureau*, responsável por toda a rede hoteleira de Brasília, para participarem, efetivamente, da campanha de prevenção contra a violência sexual: os taxistas devem reproduzir, em seus carros, o teor da campanha de prevenção contra a violência sexual, e os hotéis devem proibir a entrada de menores em seus recintos.

Outra parceria foi realizada com a Secretaria de Estado de Segurança Pública, que disponibilizou um número de telefone, além do número da Defesa dos Direitos Humanos, para ser acionado rapidamente

pelas vítimas de violência sexual. Foi criado, ainda, o núcleo de atenção integrada para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual com atendimento imediato e inclusão das vítimas em programas sociais que permitam ressignificar sua vida. Desse modo, a criança não precisa mais contar e recontar várias vezes sua história e, assim, ser revitimizada.

Essas ações são, realmente, necessárias, pois Brasília é a segunda cidade do Brasil com maior índice de registros de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes e, como se não bastasse isso, em 2010-2011, houve crescimento desse registro na ordem de 67,5%. Logo, além de legislação moderna, é urgente a atuação eficaz do Estado e da sociedade para combater a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Trabalhei seis anos na Ceilândia, como médica, em centros de saúde e no Hospital, e atendi a várias crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Muitas vezes, eu perguntava à mãe: “a senhora tinha conhecimento?” Ela negava. Depois de insistir, afirmava que tinha conhecimento do fato. Fiquei perplexa ao vivenciar essa situação no Distrito Federal. Creio que não pode haver omissão diante dessa situação calamitosa.

O Brasil – que, em breve, sediará a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 – precisa, com urgência, enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes, para pôr fim a essa realidade, dando um *show* não só de bola, mas também de cidadania e de respeito à dignidade do ser humano, em especial das crianças e dos adolescentes, vítimas da falta de escrúpulos e da ganância sem limite.

Em 24-5-2013

O Plano Distrital de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Os dados mundiais sobre a exploração do trabalho infantil são alarmantes: 215 milhões de crianças e adolescentes no mundo são vítimas do trabalho infantil; 115 milhões das quais em trabalhos perigosos ou degradantes. Por isso, 12 de Junho, Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, não pode cair no esquecimento.

As legislações nacional e internacional não foram suficientes para pôr fim à exploração do trabalho infantil. Diante da violação de direitos, o governo federal estabeleceu como prazo limite para eliminar as piores formas de trabalho infantil o ano de 2015 e instituiu 2020 como o ano para eliminar todas as formas de trabalho infantil.

Em Brasília, houve, proporcionalmente, número menor de crianças trabalhando; mas, mesmo assim, há crianças, entre 10 e 13 anos, trabalhando na Capital do País. É necessário, então, fortalecer a articulação entre as ações da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

e Transferência de Renda (Sedest) e da Secretaria de Estado da Criança, para que haja acompanhamento das crianças que estão em situação de trabalho infantil, bem como de suas famílias.

Na Câmara Legislativa do DF, apresentei Proposta de Emenda à Lei Orgânica (PELO) 44/2012⁵, para incluir, nos Fundamentos da Organização dos Poderes, como objetivos prioritários do Distrito Federal, a promoção, a proteção e a defesa, com absoluta prioridade, dos direitos da criança e do adolescente.

Como se sabe, Brasília tem a maior renda *per capita* do País; porém, possui também o mais alto coeficiente de Gini, índice internacional que mede a desigualdade social. Não é tarefa fácil eliminar a extrema pobreza, acabar com o trabalho infantil e reduzir a desigualdade social no Distrito Federal, já que pobreza, trabalho infantil e desigualdade social estão interligados.

Se, por um lado, temos, no DF, os altos salários dos servidores públicos federais e distritais, do Ministério Público, do Poder Judiciário, do Congresso Nacional. Por outro, há muitas pessoas que não têm acesso ao mercado de trabalho e milhares que recebem salário mínimo. Essa situação paradoxal não nos permite acomodação: precisamos estabelecer como meta a mesma do governo federal: até 2015, erradicar todas as formas de trabalho infantil, perigoso e degradante para que, até 2020, não tenhamos nenhuma criança ou adolescente realizando trabalho infantil.

Ainda que não seja suficiente, medida eficaz já está sendo implantada no DF: a educação em tempo integral. Contudo, é preciso avançar mais, criando possibilidades de formação e capacitação profissional dos jovens aprendizes, para que possamos ter mais justiça, mais civilidade e menos desigualdade na Capital da República.

5 A Proposta de Emenda à Lei Orgânica 44/2012 foi aprovada, em 2º turno, pelo Plenário da CLDF em 3 de abril de 2014.

Eliminar o trabalho infantil requer ação firme do Poder Público, pois há muitos aspectos envolvidos, inclusive culturais. Muitas vezes, a família entende que colocar a criança e o adolescente para trabalhar faz parte de sua formação. Esse é o aspecto mais difícil de ser combatido, pois envolve processo complicadíssimo: a desconstrução de uma cultura consolidada, sobretudo no meio rural brasileiro.

Nossa batalha só será vitoriosa se houver um conjunto de ações da sociedade civil, do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público para superarmos essa situação que nos envergonha a todos.

Os direitos previstos na Constituição de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e em normas internacionais precisam ser resguardados pelo Estado, para que as crianças sejam só crianças.

Em 19-6-2012

Educação infantil: direito das crianças e dever do Estado e dos pais

A história é feita de sobressaltos; portanto, a conquista dos direitos das crianças – que hoje parece natural – foi, na verdade, resultado de muitas lutas ao longo do tempo.

Com efeito, somente nas últimas décadas, as crianças passaram a ter mais visibilidade nas políticas públicas implantadas pelo Estado, pois, até então, elas eram vistas como propriedade do chefe de família e como miniadultos que ainda não possuíam direitos.

O Decreto 17.943/1997, chamado de Código de Menores, foi a primeira legislação nacional que dispôs especificamente sobre a criança no País. À época se instituiu a figura do juiz de menores que, em vez de tratar da educação infantil, trabalhava a segregação dos menores infratores, para proteger a sociedade. Era assim que as crianças eram enxergadas.

No caminhar da história, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, em 1959, a Declaração dos Direitos da Criança. A partir daí, houve embasamento para que o debate sobre os direitos da criança pudesse começar a se constituir. Tanto é assim que, em seus artigos 25 e 26, a Declaração Universal dos Direitos Humanos deixa claro que todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

É sobre essa base que começamos a debater a inclusão dos direitos das crianças na Constituição de 1988, que foram regulamentados, posteriormente, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990). Até então, a educação infantil estava sob a supervisão da assistência social. Só muito recentemente é que essa área passou para a esfera da educação.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já consignasse a responsabilidade do Estado pela educação infantil, as práticas neoliberais no Brasil atrasaram essa garantia às crianças. Só a partir da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Lei 11.494/2007) é que houve a responsabilização do Estado pela educação infantil.

No Distrito Federal, somente em 2011, a educação infantil foi transferida para a Secretaria de Estado de Educação. Até então, o cuidado com as crianças de 0 a 3 anos era visto muito mais como questão social do que como questão educacional. Ao colocar essas crianças em creches, o Estado criou condições para que elas fossem preparadas para outras fases da educação infantil e, depois, para outros níveis da educação formal.

Os indicadores sociais demonstram que a cobertura da educação infantil é de 18,4% das crianças brasileiras de até 3 anos; e de 81,3% das crianças de 4 a 6 anos. Embora 81,3% pareça número razoável, sabemos que, se fizermos um recorte de renda, um recorte étnico-racial, e se fizermos análise de região por região, vamos verificar que esse nú-

mero esconde ainda profunda desigualdade no tratamento das crianças brasileiras. As crianças negras, pobres e do campo são as mais atingidas pela exclusão do direito à educação infantil.

É importante lembrar que, na década de 60, com a fundação de Brasília, os jardins de infância ganharam relevância ao lado das escolas classes. Ficou claro, então, que a educação infantil e o ensino integral estavam presentes na proposta de Anísio Teixeira sobre a educação para o Distrito Federal. A proposta, avançada para a época, sofreu retrocessos e, ainda hoje, faltam creches para atender à demanda da população.

A cobertura da educação infantil para as crianças de 4 a 6 anos é, no DF, de 85,9%. Mas, infelizmente, isso não ocorre em relação às crianças de 0 a 3 anos. Há, pois, demanda reprimida com relação a vagas em creches no Distrito Federal, apesar de todo o esforço que o governo vem fazendo para mudar esse quadro. Na verdade, a classe média tem como manter seus filhos em creches particulares, e muitos servidores públicos recebem, inclusive, subsídios para manterem seus filhos em escolas particulares.

Porém, a maioria dos que precisam trabalhar e ter garantia de que seu filho estará em um espaço de educação não pode contar com esse serviço. Anos e anos de descaso com a educação infantil deixaram a população do Distrito Federal nessa situação.

Temos enorme desafio pela frente: avançar de maneira substantiva na oferta de vagas para a educação infantil.

Em 9-10-2012

8 de Março é dia de luta

Em 8 de Março, diversos países celebram o Dia Internacional da Mulher. Mas qual é o significado dessa data tão celebrada e por quê, com tantas conquistas, a comemoração dessa data ainda é necessária?

A resposta exige compreendermos o significado do 8 de Março. Para tanto, é necessário voltarmos à 2ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em 1910, quando Clara Zetkin – professora, jornalista e militante marxista – propôs uma resolução para a instauração oficial de um dia internacional de luta das mulheres.

A ideia era dar visibilidade às demandas comuns das mulheres e convergir as ações já realizadas em alguns países. Com o tempo, o 8 de Março se tornou a data símbolo da participação das mulheres na sociedade.

Celebrar o 8 de Março significa, então, resgatar a luta histórica das mulheres pelo direito ao voto, pelo acesso a bens e serviços públicos e por autonomia nas esferas pública e privada. Nossa experiência coti-

diana mostra que as mulheres são, em geral, as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidado – atividades fundamentais para a sobrevivência e para o bem-estar da família.

O trabalho do cuidado, também conhecido como trabalho reprodutivo, abrange tanto as atividades de cuidado de pessoas (alimentação, higiene, saúde, educação) quanto as tarefas de manutenção do ambiente doméstico (limpeza da casa, lavar e passar roupa).

Enquanto essas tarefas foram historicamente atribuídas às mulheres, desvalorizadas pela economia e até mesmo invisibilizadas pela sociedade, as atividades desempenhadas pelos homens foram consideradas como trabalho produtivo, supervalorizado e visibilizado pela sociedade.

Porém, o trabalho não é a única esfera de reprodução da desigualdade entre mulheres e homens. As propagandas comerciais, que comumente apresentam as mulheres como mercadorias, projetam a mídia como ferramenta de manutenção dessa desigualdade.

A lógica de divisão sexual, “coisa de homem e coisa de mulher”, também foi reproduzida pelas políticas públicas. Durante anos, o próprio Poder Público promoveu a exclusão das mulheres, contribuindo para sua permanência nas atividades reprodutivas e incentivando a participação masculina nos espaços públicos, no setor econômico, no trabalho produtivo e gerador de renda monetária.

Nos últimos anos, ocorreram mudanças importantes no Brasil em relação às políticas para as mulheres. As lutas por direitos sociais se acentuaram na década de 80, por meio de movimentos em prol de creches, escolas, saúde, moradia, cidadania, igualdade de oportunidades, eliminação de qualquer forma de discriminação.

Após amplo processo de construção coletiva, com participação do governo, dos movimentos feministas e de diversos segmentos da sociedade civil, o governo federal criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2003 e promulgou a Lei Maria da Penha, em 2006. Esses fatos se tornaram marcos da luta das mulheres brasileiras.

Apesar dos avanços, algumas reivindicações históricas das mulheres ainda não foram contempladas. Direcionar a ação do Estado para o atendimento de antigas e novas demandas, reconhecendo-as e qualificando-as, é passo fundamental para consolidar a incorporação da dimensão de gênero às políticas públicas.

Além de promover os direitos das mulheres por meio dessas políticas, precisamos garantir que mais mulheres ocupem os espaços de representação política, fortalecendo esses espaços pela sua presença.

Em 8-3-2014

A relativização dos direitos das crianças e dos adolescentes e o STJ

Em 23 de março de 2012, foi publicada uma decisão dos Ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que causou assombro a todos aqueles que lutam pelos direitos humanos no País.

Os julgadores acordaram que deve ser relativizada, conforme o caso concreto, a violência presumida no caso de estupro de vulnerável. O fato concreto analisado pelo STJ é a violência sexual perpetrada por um adulto a três adolescentes, que, à época dos fatos, contavam com apenas 12 anos de idade.

Segundo consta da ementa do acórdão, “a situação da vida das pessoas que demonstram a inexistência de violação ao bem jurídico tutelado” impõe a relativização da violência presumida. Em outras palavras, a vivência sexual das adolescentes, que eram exploradas sexualmente havia algum tempo, foi considerada para garantir a absolvição do acusado e a desconsideração do crime.

É preciso destacar que a situação das vítimas, meninas de 12 anos, foi posta em julgamento, e não a conduta do réu. Dessa forma, inverte-se o objeto da análise e são condenadas as meninas, quando a elas não é garantida a defesa de seu direito, evidenciando decisão de caráter explicitamente revitimizador.

O Poder Judiciário, com essa decisão, abre precedente para descriminalizar a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes no País e coloca em xeque toda a história de enfrentamento da exploração sexual por brasileiros e estrangeiros nas nossas praias, nas nossas fronteiras e em regiões metropolitanas.

O momento atual apresenta-nos a urgência de reflexões sobre quais medidas adotarmos para combater a incidência das redes de exploração sexual, que terão espaço favorável para submeter crianças e adolescentes a violências sexuais na Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016. Retrocessos, portanto, são inaceitáveis, sobretudo quando emanam dos que aplicam a lei.

É necessário resgatar o compromisso assumido pelo Estado Brasileiro na Convenção sobre os Direitos da Criança, segundo a qual:

Os Estados-Partes se comprometem a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual. Nesse sentido, os Estados-Partes tomarão, em especial, todas as medidas de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir: o incentivo ou a coação para que uma criança se dedique a qualquer atividade sexual ilegal; a exploração da criança na prostituição ou outras práticas sexuais ilegais; a exploração da criança em espetáculos ou materiais pornográficos.

Além disso, os mandamentos do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõem ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade e de forma integral, os direitos da criança e do adolescente.

Dessa maneira, a decisão do STJ merece total repúdio, porque prejudicial à efetivação de direitos consagrados, que não podem nem devem ser relativizados em desfavor das crianças e dos adolescentes.

Em 30-3-2012

O massacre do Eldorado dos Carajás e a luta pela reforma agrária

A história não nos permite esquecer um dos fatos mais violentos perpetrados pelo Estado contra trabalhadores e trabalhadoras rurais que reivindicavam um pedaço de terra em Eldorado do Carajás (PA).

O massacre de 21 sem-terra é acontecimento de triste memória no Brasil. Há 18 anos, mais especificamente em 17 de abril de 1996, no Pará, marchavam rumo a Belém trabalhadores rurais sem terra, para reivindicar a realização da reforma agrária. Na “curva do S”, entre Paraopebas e Marabá, eles foram cercados por policiais militares que iniciaram disparos contra os manifestantes, mulheres, crianças, adolescentes e idosos, por ordem do então governador do Pará, Almir Gabriel, e do secretário de Segurança Pública, Paulo Sette Câmara.

O massacre, que teve repercussão internacional, é comparado ao Massacre do Carandiru (1992) e à Chacina da Candelária (1993) e foi transformado em símbolo da luta pela reforma agrária. Por isso, são

realizados todos os anos, nesta data, atos para rememorar o massacre de 21 trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, de 69 mutilados e de centenas de feridos, para reivindicar a punição dos responsáveis e ressaltar a importância de se realizar a reforma agrária no País.

Nesse sentido, vale mencionar que 17 de Abril foi instituído o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, para lembrar o Massacre de Eldorado dos Carajás, que reacende, em cada um de nós, a indignação, a tristeza, o sentimento de luto e de luta contra todas as formas de violência, sobretudo contra o extermínio praticado pelo próprio Estado.

A simbologia desta data impõe-nos refletir sobre essa questão e instituir formas não violentas para a resolução de conflitos fundiários, decorrentes, em regra, do descumprimento da função social da terra por parte de proprietários, grileiros, madeireiros, com vasto histórico de expropriação e de violência contra os trabalhadores do campo.

Trata-se, portanto, de trabalhar por uma cultura institucional de solução pacífica de conflitos fundiários, no campo e na cidade, em um país que ainda ostenta uma das maiores concentrações fundiárias do planeta, compreendendo os conflitos a partir de sua dimensão de lutas por direitos de acesso à terra, à moradia, à alimentação, à educação, ao lazer e ao trabalho.

Esse é o sistema de solução de conflitos fundiários descrito no Comentário-Geral 07, do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo instrumento normativo foi ratificado pelo Brasil em 1992. Em âmbito nacional, esse sistema encontra força e respaldo jurídico-social para ser inserido no novo Código de Processo Civil, em tramitação na Câmara dos Deputados.

De fato, a dimensão judicial dos conflitos fundiários traz ao debate a compreensão da responsabilidade social do Poder Judiciário, sobretudo em tempos de crescente tendência à judicialização das políticas públicas e dos conflitos sociais. Nesses casos, sem o devido diálogo institucional entre o Executivo e o Judiciário, uma decisão judicial pode

pôr fim a um processo judicial e, ao mesmo tempo, dar início a um conflito social como o que foi observado na tragédia do Pinheirinho, em São Paulo, em janeiro de 2012.

Na realização da reforma agrária, todas as instituições têm de se unir para garantir a liberdade de manifestação, o direito à vida, à integridade física, à solução pacífica e duradoura dos conflitos e o acesso à terra.

Em 17-4-2012

Avanços e desafios no enfrentamento da violência contra as mulheres no DF

A violência contra a mulher compreende, em face da própria polissemia do vocábulo, a violência física, a violência sexual, a violência psicológica, o tráfico de mulheres, a violência étnica, a violência racial, a violência do Estado, o assassinato.

Violências que são, em regra, resquícios de uma estrutura patriarcal, que ainda tem presença marcante em nossa sociedade e que tem organizado as relações sociais com base na desigualdade entre mulheres e homens.

O Estado, porém, não está indiferente a essas situações de violência contra a mulher. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), por exemplo, consubstancia um conjunto de direitos às mulheres e de deveres do Poder Público para prevenir e coibir a violência doméstica e garantir-lhes assistência por meio de ações articuladas entre União, Estados e Municípios.

Na Capital Federal, as mulheres podem contar com uma rede de

apoio que envolve o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público. No Distrito Federal, várias ações estão na pauta do GDF, como a expansão do número de Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAMs), a ampliação dos Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVDS).

Além disso, foram criadas, no DF, uma casa de passagem para mulheres em situação de violência e uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), foi ampliado o número de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e de Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), com qualificação dos servidores que prestam atendimento às mulheres em situação de violência.

A violência tem aumentado em número superior ao esforço do estado brasileiro para dar respostas na velocidade necessária, para atender às mulheres que buscam assistência, proteção e justiça. A evolução do número de casos protocolados, no DF, é um exemplo: em 2009, houve 5.294 registros; em 2010, houve 11.815 registros.

Esse quadro de violência precisa ser mudado, daí a necessidade de reforçar as políticas de prevenção da violência e as ações que contribuam para uma mudança cultural na perspectiva da igualdade de gênero, incorporando, nessa política, a dimensão racial, visto que as estatísticas nacionais apontam para o recrudescimento da violência contra as mulheres negras.

É urgente que as ações de sensibilização e de capacitação na temática de gênero, raça e etnia dos servidores públicos, bem como de humanização do atendimento à mulher ganhem escala e qualificação. Só assim será possível construir uma sociedade com igualdade de direitos e de oportunidades, livre de preconceitos e de discriminações.

Em 28-3-2012

Políticas de defesa do consumidor

Cobranças indevidas, reclamações contra a prestação de serviços essenciais em saúde e educação, má prestação de serviços de Internet, TV a cabo, telefonia móvel são queixas recorrentes em órgãos de defesa do consumidor.

Na verdade, à medida que a sociedade se complexifica, os direitos vão sendo violados, sobretudo os direitos do consumidor – o que exige do Estado a criação de mecanismos eficazes de proteção ao consumidor, que é a parte mais fraca na relação de consumo.

A pressão da sociedade é fundamental para se criarem esses mecanismos de proteção, que pressupõem ações articuladas entre os diversos órgãos de proteção do consumidor, como o Procon, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a Delegacia Especializada, a Defensoria Pública.

No Brasil, nos anos 70, mesmo diante de um crescimento econômico que não gerava crescimento social algum, não houve nenhuma instituição que representasse efetivamente os direitos do consumidor,

que reclamava por mais escolas, creches, hospitais, melhorias no transporte público. Só anos mais tarde é que vai haver, em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul, o Movimento Contra a Carestia, composto por consumidores ligados ao Partido Comunista do Brasil ou à Igreja Católica.

A reivindicação desses movimentos populares tinha como pano de fundo o crescimento da inflação, que corroía o poder aquisitivo da população, principalmente da população mais pobre. Diante desse cenário, foi criada, em Porto Alegre, a Associação de Proteção ao Consumidor, em 13 de maio de 1975, a primeira entidade em defesa do consumidor. Posteriormente, em 6 de maio de 1976, em São Paulo, foi criado o primeiro órgão de Proteção ao Consumidor (Procon), que se transformou em fundação e se tornou referência na defesa do consumidor.

Em 1988, a Constituição Federal consigna a defesa do consumidor como um dos princípios gerais da atividade econômica (art. 170, inc. V). A Constituição representa, por isso mesmo, um marco na história brasileira, com ampla rede de direitos e de proteção social, ainda que tenha sido vista como estorvo pelos defensores do Estado mínimo, do neoliberalismo, doutrina desenvolvida a partir da década de 1970 que defende a absoluta liberdade de mercado.

Em 1990, foi instituído o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), que é considerado um dos códigos mais avançados do mundo e que reconhece a posição de vulnerabilidade do consumidor nas relações de consumo, razão pela qual necessita de proteção. Importante ressaltar que, em julgamento realizado em 2009, Aires Brito, então ministro do Supremo Tribunal Federal, reconheceu que esse princípio de defesa do consumidor se aplica a todo o capítulo constitucional da atividade econômica.

No Distrito Federal, o Procon foi criado em 11 de março de 1986, por iniciativa do governador José Aparecido, por meio do Decre-

to 9.314. Depois disso, com a criação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em 1993, diversas leis de proteção e defesa do consumidor foram promulgadas, já que, em matéria de direito de consumidor, o DF legisla concorrentemente com a União.

Em 2012, a Comissão de Defesa do Consumidor da CLDF, sob a minha presidência, publicou, em dois volumes, a Compilação de Leis de Defesa do Consumidor do Distrito Federal, que se encontra disponível para consulta no *site* da Câmara Legislativa do Distrito Federal com o intuito de tornar acessível a todos a legislação distrital sobre Direito do Consumidor.

A despeito de todos esses avanços, é urgente aperfeiçoar as políticas em defesa do consumidor e profissionalizar ainda mais os órgãos de defesa do consumidor, para responder às demandas da sociedade, pois denúncias contra empresas de telefonia batem recordes nos órgãos especializados, empresas de seguro de saúde desrespeitam constantemente os consumidores, mesmo com toda a normatização da Agência Nacional de saúde (ANS).

Em 26-4-2012

VI – Juventude

Juventude, mobilização e manipulação

As manifestações de junho de 2013 em várias cidades do Brasil exigem reflexão mais profunda sobre o que se passa no País e, ao mesmo tempo, revelam descrença da população, sobretudo da juventude, em relação às nossas estruturas socioeconômicas e à representatividade política.

Se, por um lado, fico feliz, porque os jovens adquiriram autoestima suficiente para saírem às ruas, reivindicarem mais direitos; por outro, fico triste, porque vi grupo de jovens vestidos de preto e mascarados – os *black blocs* –, que aproveitaram o contexto político e social para realizarem pichações, depredarem prédios, agredirem manifestantes, gerando caos e violência. Vi, também, aqueles que estão querendo aproveitar essas mobilizações para golpearem a democracia no Brasil. E isso precisa ficar claro.

Não é fácil compreender essas manifestações num contexto em que mais de 18 milhões de brasileiros conseguiram conquistar o emprego com carteira assinada; milhões de brasileiros saíram da linha da

extrema pobreza; outros milhões de brasileiros chegaram à classe C; mais de 1 milhão e 200 mil estudantes entraram na universidade por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni) ou do Programa de Financiamento Estudantil (FIES).

Além disso, governo federal, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), inaugurou novas universidades e inúmeros *campi* em todo o Brasil; milhares frequentaram ou estão frequentando cursos de qualificação ou de profissionalização em escolas técnicas graças ao Sistema de Seleção Unificada para Cursos Técnicos (Sisutec), que disponibilizou 239.792 vagas gratuitas em 586 institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

Todas essas conquistas deveriam ter criado, no Brasil, um clima de euforia, de otimismo, de contentamento. Por isso, as manifestações de junho de 2013 nos levam a uma reflexão mais profunda para entendermos o que os brasileiros esperam do Brasil, o que os jovens esperam de seus representantes. Eles nos disseram que tudo o que foi feito ainda não é suficiente, que eles querem mais direitos, querem mais saúde, mais educação, mais transportes e mais segurança, querem mais representatividade política.

São bandeiras progressistas, sem dúvida. Bandeiras que, em muitas partes, coincidem com as bandeiras que nós, do Partido dos Trabalhadores, sempre defendemos e vamos continuar a defender. Ora, se as bandeiras são as mesmas, temos de ter humildade para entender uma coisa: precisamos avançar, precisamos ouvir a voz dessa massa, sobretudo da massa juvenil, que foi às ruas manifestar o que desejam para o Brasil.

Nós, parlamentares, também temos de ouvir essa voz e aprender que, cada vez mais, se exige de nós ética na política e compromisso com a população, porque só assim vamos mudar essa realidade. Então, é fundamental abraçar a bandeira por um Brasil melhor, aderir à pauta do governo federal e fazer um pacto pela educação, pela saúde,

pela transparência, pela segurança pública, contra a corrupção e, sobretudo, um plebiscito para que o povo brasileiro decida a reforma política que deseja fazer.

O Brasil é de todos os brasileiros. Logo, é preciso avançar mais, para que o povo tenha direito a serviços públicos de qualidade, para que a política seja comprometida com a ética, para que a revolução democrática não seja interrompida.

Em 25-6-2013

Violência letal contra jovens e adolescentes no DF

O índice de violência letal contra jovens e adolescentes no Distrito Federal é preocupante e, por isso mesmo, exige esforço não só para entender essa realidade, como também para encontrar soluções concretas.

Tenho consciência de que essa violência não é fenômeno social tipicamente brasiliense. Pequenas cidades pelo Brasil afora, que eram marcadas pelo sossego e pela tranquilidade, veem seus filhos sucumbir diante da violência gratuita, da ação de gangues, do tráfico de drogas, da falta de horizontes.

O cenário atual mostra que os tempos são outros. Com efeito, quando estudei Medicina, a maioria da população brasileira morria em decorrência de doenças infecto-parasitárias. Ao longo do tempo, o perfil epidemiológico foi se modificando. Hoje, morre-se de doenças crônico-degenerativas, como câncer e outras patologias do aparelho circulatório, ou das chamadas causas externas, como violências e acidentes.

Essa mudança é mais gritante em relação aos jovens. De 1980 a 2010, houve redução significativa da mortalidade por causas naturais e crescimento substantivo da mortalidade pela violência, principalmente por homicídios. Para se ter ideia, em Brasília, o número de homicídio de jovens de 15 a 29 anos é um dos mais altos do País. Trata-se, pois, de problema grave, que exige postura firme do Estado, do Poder Público.

As razões por que se morrem tantos jovens são variadas. No Distrito Federal, vimos, com tristeza, anos e anos de desgoverno, de políticas públicas desintegradas e sem efetividade, de desestruturação do Estado, de destruição das cidades, de assentamentos irregulares, sem infraestrutura alguma. Esse estado de coisas criou ambiente propício à proliferação da violência, sobretudo da violência letal contra adolescentes.

Há outras causas – é claro. Causas que dizem respeito à falta de perspectiva de vida, à ausência de um projeto de vida, à falta de utopias, à falta de grandes metas e objetivos coletivos, em uma sociedade dominada pelos interesses do capital financeiro, que leva as pessoas a cultivarem um individualismo exacerbado. Isso faz com que muitos que assistem à televisão sejam estimulados a consumir produtos de marca; porém, ao mesmo tempo, são impedidos de consumi-los em função da pobreza, do desemprego, da falta de oportunidade.

Então, à busca de sucesso, de aceitação social, esses jovens se veem, muitas vezes, tentados a trilhar o caminho da marginalidade, o caminho do tráfico, o caminho das drogas em um processo brutal de banalização dos valores, de banalização da própria vida. Exatamente por esse meio, acabam perdendo a vida: inúmeros jovens morrem precocemente. Trata-se, no fundo, de problema de saúde pública, pois são agravos que levam à morte.

Esse processo de banalização da vida e de naturalização da violência nos preocupa – e muito. Ao que tudo indica, a sociedade está anestesiada diante da perda de número enorme de pessoas que não vão conseguir constituir famílias, que não vão ter uma vida normal, que não

vão contribuir para o desenvolvimento do País, sobretudo em um momento em que estamos inaugurando, no Brasil, um conjunto de políticas públicas voltadas à proteção dos direitos dos jovens e adolescentes, sobretudo dos jovens do sexo masculino, pobres, negros, moradores das periferias de grandes cidades, em regiões metropolitanas.

Ações integradas dos diversos órgãos do governo com participação da sociedade civil e dos movimentos sociais organizados; escolas de qualidade que despertem, no jovem, o desejo de continuar estudando; atividades voltadas ao esporte, ao lazer, à cultura; criação de oportunidades de emprego – tudo isso fará com que o Distrito Federal, que possui o maior orçamento *per capita* do Brasil, população de 2.562.000 habitantes e orçamento de, mais ou menos, 30 bilhões, seja referência em políticas públicas efetivas na luta contra a violência que tem ceifado a vida de milhares de jovens e adolescentes.

Em 9-8-2012

Políticas públicas para a juventude no DF

Não temos uma juventude. Temos várias juventudes com diferentes realidades, com diferentes sonhos, com diferentes necessidades. Daí a dificuldade de uma política pública que atenda às diversas juventudes brasileiras.

As juventudes representam segmentos que carecem da atenção do Estado para desenvolver suas potencialidades em uma fase da vida permeada de descobertas, de tensão, de crises existenciais, de desejos, de sonhos. Se o Estado não oferece opções para essa juventude, corre-se o risco de obstruir-lhes o caminho e comprometer-lhes o futuro.

Um fato que me chamou atenção e me deixou preocupada, quando estava no Ministério do Desenvolvimento Social desenhando o PROJOVEM, foi constatar que, no Brasil, 5 milhões e 500 mil jovens não tinham concluído o ensino fundamental e não trabalhavam. Outro fato que também me deixou preocupada foi saber que os jovens de 15 a 29 anos são vítimas e algozes, ao mesmo tempo, da violência letal no País.

Nesse cenário de violência, olhar para os jovens é questão central para o Estado brasileiro e para o governo do Distrito Federal. Urge, pois, construir políticas públicas capazes de atrair a juventude, de evitar a evasão escolar, de fazer com que esses jovens tenham perspectivas de uma escola atraente; de oferecer acompanhamento na saúde, para evitar gravidez precoce e de instruí-los a respeito das doenças sexualmente transmissíveis.

Não é possível aceitar como natural o caminho da rua, do tráfico, das drogas, da violência. Esses jovens deveriam estar na escola, em um curso profissionalizante ou em um estágio. É bom dizer que o governo federal está promovendo a implantação do Instituto Federal de Brasília, já presente em quase todas as cidades do Distrito Federal. Temos, ainda, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pela presidenta Dilma, que oferece qualificação profissional para os alunos do ensino médio. Para se ter noção, já foram oferecidas 5,5 milhões de vagas e, para 2014, a meta é oferecer 7,9 milhões de vagas.

As juventudes são várias; logo, as ações também têm de ser diversas: uns querem comida e trabalho, outros querem diversão e arte. Não basta oferecer oportunidade de emprego e renda, qualificação profissional e trabalho, é preciso qualificar mais a educação, criar mais espaços para disseminação de cultura, esporte e lazer.

São muitos os desafios, para reconstruirmos nossas cidades, avançarmos, definitivamente, na construção de políticas efetivas que possibilitem aos jovens construir uma trajetória de vida que lhes proporcione ser um adulto saudável.

Em 28-8-2012

As mortes anunciadas de jovens e adolescentes no Brasil

Em 1981, foi publicado o livro *Crônica de uma morte anunciada*, de Gabriel García Márquez⁶. O Nobel de Literatura narra a história, ocorrida em meados do século XX, na Colômbia rural, do assassinato de Santiago Nasar, injustamente acusado por Ângela Vicário de tê-la desonrado.

No romance, os irmãos de Ângela Vicário prometem matá-lo – e a maioria dos habitantes do lugarejo onde vive Santiago ficam sabendo do homicídio premeditado algumas horas antes pelos irmãos Vicário; porém, nada fazem de concreto para proteger a vítima e impedir o assassinato. Constatamos que o enredo arquitetado pelo escritor colombiano é revivido na sociedade atual.

No Brasil e no Distrito Federal, verifica-se, cotidianamente, o

⁶ Gabriel García Márquez morreu em 17 de abril de 2014, aos 87 anos, no México.

assassinato de adolescentes e jovens. Sabemos quem são eles, sabemos suas origens, temos conhecimento de que suas vidas correm sério risco. São assassinatos que atingem, em maior número, negros, moradores de bairros periféricos das capitais e regiões metropolitanas, do sexo masculino, filhos de famílias pobres e com baixa escolaridade.

Não podemos desconsiderar a prática de políticas públicas que existiram no País, segundo as quais os desfavorecidos, econômica ou socialmente, devem ser enclausurados ou eliminados. Desse modo, a criminalização racial e social, predominante nos discursos elitistas, é replicada pelos meios de comunicação e por parlamentares, defendendo, por exemplo, a redução da maioria penal ou o aumento de penas, como solução para os males da sociedade.

A ideia subjetiva e maniqueísta implícita é que existem pessoas boas e pessoas más e que as pessoas más não seriam dignas de direitos. Quando nos deparamos com essa realidade, quando identificamos que a vida de adolescentes e jovens está sendo subtraída e seu maior direito violado, devemos reavaliar as ações que pretendem garantir os direitos dessa parcela da sociedade.

O Índice de Homicídio na Adolescência no Brasil (IHA-2008) apontou que, caso as condições vigentes em 2008 não fossem alteradas, 32.568 adolescentes seriam assassinados no Brasil até 2014. O trabalho constatou ainda que, de todas as mortes ocorridas entre os 12 e os 18 anos de idade, 44% decorrem de homicídios.

Em pesquisa lançada em 2012, “entre os 99 países com dados recentes nas bases estatísticas da Organização Mundial da Saúde, o Brasil, com sua taxa de 13,0 homicídios para cada 100 mil crianças e adolescentes, ocupa a 4ª posição internacional, só superada por El Salvador, Venezuela e Trinidad e Tobago”, conforme o Mapa da Violência 2012 – Crianças e Adolescentes no Brasil.

É preciso colocar esses dados sob análise, bem como as ações do Estado para responder a essa situação e evitar que ela aconteça. A reavaliação de ações de nossas instituições e de nossas políticas públicas passa pela

análise do quanto ainda somos capazes de nos afetarmos com o outro ou pela falta do outro e, ainda, perpassa pelo questionamento do que representa para essa sociedade a morte de pessoas em tão tenra idade.

A indiferença com essas mortes contribui para sua perpetuação, deixando apenas aos familiares desses adolescentes e jovens a dor do luto e a insignificância de suas vidas. O momento, portanto, impõe mudança dessa realidade e a reafirmação de que os direitos humanos são para todos e que todas as vidas são dignas de serem vividas.

É imperativo o debate sobre essas questões e a definição de ações estratégicas, prioritárias e articuladas, para a construção de uma política nacional que enfrente, de fato, a situação da violência letal dos nossos jovens e adolescentes, considerando todas as dimensões que compõem as suas vidas.

Por isso, são fundamentais ações como o Programa de Redução da Violência Letal (PRVL), o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), que objetiva resguardar a integridade física e o direito à vida de pessoas em situação de ameaça de morte, e o Programa Brasil Mais Seguro, voltado à redução dos índices de homicídio no País.

Outras iniciativas voltadas a essa parcela da população vêm sendo articuladas, como a Lei que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), para dar mais concretude ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o Programa PROJOVEM e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), os quais têm contribuído para a construção de perspectivas para a juventude.

As mortes estão anunciadas: articular e fortalecer ações, programas e políticas para crianças, adolescentes e jovens é uma exigência imediata.

Em 15-8-2012

VII – Assistência Social

15 de Maio – Dia do Assistente Social

Em 15 de Maio, celebra-se o Dia do Assistente Social. Essa data é marcada pela publicação do Decreto 994/1962, que regulamenta a profissão e cria os Conselhos Federal e Regional. Na verdade, essa atividade surgiu, no Brasil, na década de 1930, e foi reconhecida por lei em 1957.

Exerceram influências sobre a trajetória da institucionalização e da atividade laboral dos assistentes sociais a doutrina social da Igreja Católica, o tecnicismo, o positivismo, o pensamento funcionalista e até o rompimento com a ética da neutralidade, que desembocou no compromisso primordial com os assistentes sociais, expresso em seu código de ética.

Mesmo depois de assumir esse compromisso institucional, os efeitos do neoliberalismo, da flexibilização da economia e da reestruturação do mundo do trabalho apontam para novas disputas em torno da questão social e do papel a ser cumprido pelas políticas públicas e pelos profissionais da assistência social, o que evidencia a necessidade

de fortalecimento do projeto ético-político-profissional que vem sendo construído há décadas no Brasil.

A assistência social, como política pública, como dever do Estado e direito de todo cidadão, tem, na figura do assistente social, o seu pilar de sustentação para que a gestão das ações sociais e assistenciais, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), consolide a responsabilidade do Estado brasileiro no enfrentamento da pobreza e da desigualdade, bem como na promoção e na garantia do bem-estar social das famílias, das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas com deficiência, dos idosos. Enfim, de todos que dela necessitarem.

A assistência social é uma profissão de caráter sócio-político que atua no conjunto das desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho, razão pela qual a sua formação deve estar lastreada em conhecimentos teóricos profundos sobre a organização da sociedade e o potencial de cada ser humano e de sua associação em coletivos organizados, tendo em vista a transformação da sociedade.

Nos últimos anos, nos dois mandatos do presidente Lula e no atual mandato da presidenta Dilma, o Brasil vem adotando políticas públicas de enfrentamento da pobreza e da consequente inclusão social e econômica de dezenas de milhões de pessoas antes excluídas da condição mínima de dignidade humana. Nessas circunstâncias, tive a honra de participar do governo federal como Secretária Executiva Adjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ocasião em que o País pôde contar com a decisiva contribuição dos assistentes sociais na concepção e no desenvolvimento dessas políticas públicas.

De igual forma, no primeiro momento do governo Agnelo, no Distrito Federal, ocupando o cargo de Secretária da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest), contamos com a participação dos assistentes sociais no enfrentamento da lógica assistencialista e clientelista que dominava essa esfera de governo,

convertendo as ações governamentais em oportunidades de emancipação, em um movimento contrário aos programas e projetos com potencial alienador a que estava até então submetida boa parte da população.

Marcar esse dia 15 de Maio com reverência ao reconhecimento do papel dos assistentes sociais é um dever, um preito de gratidão ao trabalho desenvolvido por essa categoria no enfrentamento das graves questões sociais a que o País foi submetido pela incapacidade das elites de considerar com atenção o direito das pessoas empobrecidas em decorrência de injustiças sociais e econômicas.

A adoção de políticas públicas eficazes nessa área legará às gerações que nos sucederão um país mais justo, mais igualitário, mais solidário e fraterno, mais consentâneo com as lutas históricas que vêm sendo travadas pelos assistentes sociais.

Em 15-5-2013

Ações para erradicação da pobreza no Distrito Federal

A erradicação da pobreza e da extrema pobreza no Distrito Federal requer esforço conjunto dos órgãos do Poder Público, para atingir as pessoas que estão fora de programas de transferência de renda, incluí-las no cadastro único para programas sociais e complementar a renda das famílias mais pobres, de forma que tenham pelos menos cem reais *per capita* por mês.

A prestação de assistência social, a transferência de renda, a política de segurança alimentar nutricional são, portanto, ações fundamentais para superação da extrema pobreza no Distrito Federal, conforme previstas na Lei 4.701/2011, que *institui o Plano pela Superação da Extrema Pobreza no Distrito Federal – DF Sem Miséria*.

Para efetivar as políticas de superação da pobreza e da extrema pobreza no Distrito Federal, foi necessário estabelecer alguns eixos de ação. O primeiro foi realizar o cadastro único, pois havia quatro bases

de dados com informações desencontradas. Com isso, foi possível incluir mais de 22 mil famílias no Programa DF Sem Miséria, famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza que nunca tinham recebido benefício algum.

Muitas famílias estavam recebendo mais de um benefício: Bolsa Escola, Bolsa Família, Bolsa Social e recebiam, ainda, pão, leite e cesta. Cerca de 10 mil famílias estavam cadastradas; porém, sem informação alguma de seu perfil socioeconômico. Era impossível, então, identificar corretamente as pessoas pobres e extremamente pobres da Capital.

O segundo eixo do Programa DF Sem Miséria foi alterar o modo como vinha sendo feita a oferta de serviços públicos. Dessa maneira, foi realizado trabalho articulado com as diversas secretarias para que os territórios identificados nas pesquisas como mais vulneráveis do Distrito Federal fossem contemplados pelas ações conjuntas das diversas secretarias.

O terceiro foi desenvolver o eixo da geração de trabalho, emprego e renda. Isso envolveu diversas iniciativas, desde as atividades de economia solidária até a qualificação profissional, para que as pessoas aprendessem uma profissão e conseguissem autonomia financeira. Além disso, foi trabalhada a questão da complementação de renda, de forma que nenhuma família do Distrito Federal ganhasse menos do que cem reais *per capita* por mês.

Esse balanço é necessário, para se verificar a efetividade do trabalho que vem sendo realizado, para combater a pobreza e a extrema pobreza no Distrito Federal, pois sabemos que as políticas estruturantes não são simples, visto que exigem, em meio a secretarias tão diversas, políticas intersetoriais.

Em 13-5-2013

População em situação de rua: um olhar do Estado

Em uma trajetória de vida marcada por rupturas, perda de vínculos familiares, doença, desemprego, uso de drogas e álcool, muitos que vivem em situação de rua encontram no Estado o único ponto de apoio.

Por isso, fiquei feliz com o lançamento do Programa Cidade Acolhedora, voltado às pessoas em situação de rua. Em todas as cidades do Distrito Federal, equipes supervisionadas pelo governo estão trabalhando na abordagem social das pessoas que estão nas ruas, para encontrar alternativa a uma vida tão dura e sofrida, tão sujeita a violências, tão sujeita a violação de direitos.

Para se ter ideia da importância dessa ação, há, hoje, no Distrito Federal, em torno de 2.500 pessoas que moram nas ruas, a maioria das quais são pessoas trabalhadoras, são catadoras de materiais recicláveis que até residência têm, mas que ficam morando nas ruas durante a semana para poder garantir a subsistência de suas famílias.

Essas pessoas estão vivendo dramas pessoais, problemas domésticos e, por isso, saem de casa na esperança de tentar superar essas dificuldades; merecem, pois, do Estado todo o cuidado para assegurar-lhes condições de superação dessa situação de rua.

Das pessoas em situação de rua, as equipes de abordagem social já conseguiram atender mais de 1.200 pessoas no Distrito Federal, das quais cerca de 800 aceitaram participar de programas sociais do governo e mais de 200 pessoas já saíram das ruas, para se tratarem, pois se encontravam em situação de drogadição e de alcoolismo.

Em um contexto social de incerteza, abandono, violação de direitos, a implantação do Programa Cidade Acolhedora, por meio de convênios com centros comunitários, casas de convivência, é alento a essa população e certeza de dias melhores.

Em 1º-8-2013

Bolsa Família – dez anos de transferência de renda e de combate à pobreza

O Bolsa Família, principal programa de transferência de renda e de combate à pobreza no Brasil, completa dez anos e continua transformando a vida de milhões de famílias brasileiras.

Os resultados são animadores: o Programa Bolsa Família atende, hoje, a 13,8 milhões de famílias e consome 24 bilhões de reais por ano, o que representa 0,46% do Orçamento da União. Se cotejarmos esses dados com os estudos que demonstram que, para cada real distribuído pelo Programa Bolsa Família, R\$ 1,78 (um real e setenta e oito centavos) retorna para os cofres do governo, é possível imaginar o quanto esse investimento contribui para dinamizar a economia brasileira e para desfazer o mito de que o Programa é um incentivo à preguiça.

Além dessa questão econômica, houve, nesses dez anos, com a implantação do Bolsa Família, redução da desnutrição e da mortalidade infantil, cumprimento das condicionalidades da educação e saúde sobre

o desempenho positivo dos alunos vinculados ao Programa. Portanto, os dados das pesquisas realizadas por institutos isentos – e verificados também pelo IBGE – demonstram que não se trata de programa assistencialista e indutor da preguiça.

Existe preconceito em relação aos programas de transferência de renda: as pessoas julgam, equivocadamente, que gastos com pobres são apenas ônus para o Estado. Na verdade, trata-se de investimentos: pesquisas demonstram que as crianças beneficiadas pelos programas estão tendo desempenho melhor do que as que não recebem o Bolsa Família, pois esse Programa possui suas condicionalidades, entre as quais a obrigatoriedade de que o aluno frequente pelo menos 85% das aulas.

Ora, não pode haver dúvidas de que o dinheiro que promove socialmente milhões de famílias pobres está sendo bem empregado do ponto de vista social. Por isso, orgulho-me de ter participado da implantação do Bolsa Família no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e quero ressaltar que, realmente, precisamos de programas sociais que sejam políticas de Estado e que contenham critérios republicanos.

Os programas, para serem eficientes, precisam definir objetivamente as condições de elegibilidade e de exigibilidade para que as pessoas possam participar dele independentemente de qualquer escolha partidária: as famílias que preencham os critérios objetivos estabelecidos pelo programa têm de fazer jus a ele.

O Programa Bolsa Família, portanto, é a porta de entrada para a cidadania, para novas oportunidades e para o combate das desigualdades existentes no País – que ainda são gritantes e inaceitáveis.

Em 5-11-2013

Economia solidária: a ressignificação do trabalho pela autogestão

A economia solidária, como forma de produção que se baseia no associativismo e no cooperativismo, agrega valores que estão em oposição ao modo de produção capitalista, ao modo de produção que visa ao lucro para apropriação de poucos, à exploração da mão de obra humana e à competição em todos os níveis.

Essa forma de produção alternativa, fundamental para o País, está quase sempre voltada à pequena produção de pessoas desempregadas, embora seja um sistema aplicável a qualquer cadeia produtiva existente. Trata-se, portanto, de modo de produção em que as pessoas se agrupam de forma autônoma, sem necessidade de patrão, para produzirem seus produtos e os venderem diretamente aos consumidores por preço menor. É evidente que deve haver o lucro, mas ele deve ser distribuído por todos os que participam da associação ou da cooperativa.

Se o Brasil hoje, a despeito da imensa crise que vive o mundo, continua gerando emprego, isso está ocorrendo, também, em certa

medida, graças às propostas da economia solidária, as quais – tenho certeza – tiveram papel crucial no progresso que houve no Brasil, nos últimos anos.

A economia solidária cresce cerca de 20% ao ano e, hoje, já representa receita de aproximadamente quarenta bilhões de reais por ano – o que não é pouca coisa. Apesar de todos os avanços, é preciso haver uma articulação maior e uma focalização maior de financiamento de políticas voltadas à valorização desse setor.

No Distrito Federal, estamos mobilizadas nessa luta. Tanto que já existe uma série de ações voltadas ao fortalecimento da economia solidária, como a constituição da Frente Parlamentar da Economia Solidária na CLDF, da qual sou membro, os fóruns de debate, as audiências públicas, o empenho do Poder Público para atender às demandas desses trabalhadores e trabalhadoras, que já compreenderam que existem alternativas à exploração capitalista e à alienação do trabalho.

Temos, ainda, no DF, uma legislação distrital de apoio à economia solidária. No Plano Plurianual de 2012/2015, conseguimos aprovar três programas temáticos que tratam da economia solidária: desenvolvimento econômico; trabalho, emprego e renda; e educação básica.

Na Lei Orçamentária Anual de 2013, há vários projetos de apoio à economia solidária: a implantação de projeto piloto de bancos comunitários e moeda social, a implantação do centro público de economia solidária. Além disso, a articulação entre a Frente Parlamentar, o Governo e a Subsecretaria da Cultura permitiu a realização de convênio com o Ministério do Trabalho, a fim de executar ações integradas em economia solidária para o desenvolvimento local e erradicação da extrema pobreza.

Há esperança de dias melhores para os trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária, pois a aprovação do Projeto de Lei 4.685/2012, na Câmara dos Deputados, vai fundar o marco legal da economia solidária no Brasil e, conseqüentemente, aportar mais re-

cursos para o setor, visto que esse modo de produção exige fomento, dinheiro para ajudar as pessoas a produzirem e comercializarem os produtos confeccionados.

A economia solidária representa, pois, um potencial a ser explorado, para tornar a economia do Brasil e do Distrito Federal mais dinâmica.

Em 27-5-2013

Parte II

Citações por Arlete Sampaio

Citações

- 1 Eu voto e votarei sempre com minha consciência e na defesa da ética na política e da política. Ninguém – ninguém! – neste mundo é capaz de me fazer votar contra minha consciência.
- 2 A política tem de ser feita com transparência e com ética. Meu desejo, pois, é que o Parlamento esteja sempre à altura da expectativa, da necessidade e do desejo da população.
- 3 A discriminação por conta de orientação sexual depõe contra os direitos humanos, contra uma sociedade que se pretende democrática. A democracia pressupõe respeito às diferenças, a democracia pressupõe igualdade de direitos para todos os indivíduos.
- 4 Não pode haver dúvidas de que defendo a condição de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. Trata-se do único bem construído no século XX considerado Patrimônio Cultural da Humanidade – o que é da mais relevante importância, seja para o

desenvolvimento econômico, seja para o desenvolvimento humano da nossa Capital.

- 5 É um absurdo, em pelo século XXI, ainda termos de conviver com a problemática da violência contra a mulher. De fato, está impregnada, em boa parte dos homens e em parte das mulheres, a cultura machista, que consiste em achar que o homem é proprietário da mulher, que a mulher tem de se subordinar a tudo que ele quer, inclusive, manter relacionamento que ela não deseja mais. Isso é um absurdo.
- 6 Muitas vezes, as pessoas consideram que é simples vencer o vício, a droga, por meio da internação compulsória, como se fosse um botão que você desliga e a pessoa para, imediatamente, de usar drogas. Na verdade, toda a história da saúde mental no mundo tem demonstrado que a internação compulsória não é suficiente para que uma pessoa pare de usar drogas. É preferível trabalhar para que essa pessoa deseje superar a situação de drogadição a obrigá-la a se internar para resolver o problema.
- 7 A aprovação da PEC das Domésticas representa uma mudança que, de fato, repõe o País em um novo padrão civilizatório. Começamos a quebrar o histórico da Casa-Grande e da Senzala e a assegurar aos trabalhadores domésticos todos os direitos trabalhistas. Trata-se de conquista absolutamente importante para os trabalhadores e trabalhadoras que atuam em nossas residências e que não tinham seus direitos garantidos.
- 8 A crise por que passam vários países demonstra a falácia do Consenso de Washington, do ideário neoliberal, segundo o qual o mercado se autorregula.
- 9 Os políticos têm de ouvir a voz do povo e aprender que, cada vez mais, se exige ética na política e compromisso com a população, pois só assim vamos mudar a realidade do País. Do contrário, a democracia, no Brasil, será golpeada.

- 10 Em Brasília, nas manifestações de junho de 2013, pessoas foram ao Palácio do Itamaraty, nosso Palácio dos Arcos, e tentaram quebrar – e quebraram – várias vidraças, tentaram entrar, tentaram atear fogo, depredaram o patrimônio público. Isso é atentar contra a democracia.
- 11 Para atender aos protestos que eclodiram no Brasil, em junho de 2013, o governo federal propôs a adoção de cinco pactos nacionais. Precisamos, também, fazer um pacto pela educação, pela saúde, pelo transporte, pela transparência, pela segurança pública, contra a corrupção e, sobretudo, pela reforma política.
- 12 A luta política existe: cada um de nós representa um segmento da sociedade. Alguns representam os trabalhadores, outros representam os empresários. Isso não é ilegal, isso é normal e natural, visto que a sociedade é complexa e tem, portanto, todos esses segmentos em seu interior.
- 13 É necessário aprofundarmos a revolução democrática que está sendo realizada no Brasil.
- 14 Avançamos muito econômica e socialmente; porém, precisamos avançar mais, para que o povo brasileiro tenha direito a serviços públicos de mais qualidade, para que a política no Brasil seja comprometida com a ética.
- 15 Fico feliz porque os jovens adquiriram autoestima suficiente para irem à rua reivindicar mais direitos. Fico feliz por isso. Agora, fico triste quando alguns querem usar essas mobilizações com objetivos escusos, que não respeitam o interesse nacional.
- 16 A atividade política é atividade nobre, a despeito de todas as deformações que o processo político tem sofrido ao longo da história do Brasil e da de outros países. Então, a atividade política deve ser a maior expressão da solidariedade, ou seja, da preocupação com o outro, da preocupação com o próximo.

- 17 É isto que esperamos dos jovens: que sejam revolucionários, que sejam questionadores, que lutem pelos seus sonhos.
- 18 Sobre a violência contra a mulher no Brasil, acredito ser fundamental trabalhar a reeducação do homem agressor: não basta simplesmente aprisioná-lo, pois, ao sair da prisão, ele vai praticar novas violências contra novas companheiras.
- 19 Estamos longe de superar a situação em que o homem considera a mulher como propriedade privada, sem que ela possa expressar seus legítimos desejos, suas intenções, seus projetos de vida, pois o homem considera inadmissível a mulher se libertar de seu jugo e, por isso, condena-a à morte.
- 20 A Internet, as redes sociais são fantásticas; porém, é necessário criar um código de ética para regulamentar o seu uso.
- 21 Sou a favor da escolha democrática dos administradores, da participação do povo na escolha dos administradores e na consolidação de um conselho de representantes da cidade que funcione como uma espécie de câmara de vereadores, mas a partir da democracia direta, da participação direta da cidadania.
- 22 Fico feliz que o Brasil, com o auxílio das cotas raciais, tenha criado condições para que mais pessoas de cor negra cheguem ao nível superior.
- 23 É ridícula a crítica de que Cuba está exportando médicos para o mundo. Ora, há países que exportam cocaína, e ninguém está criticando. Há países que exportam mercenários, e ninguém fala nada a respeito.
- 24 O voto aberto no Parlamento foi uma grande conquista; pois, assim, a sociedade fica conhecendo o posicionamento de cada parlamentar. Por isso, creio que teremos nas próximas eleições uma maioria sintonizada com o que tem manifestado o povo nas ruas.

- 25 Temos de reconhecer as ações positivas e os mandatos positivos que têm contribuído para que a Câmara Legislativa do Distrito Federal esteja à frente de pautas positivas no Brasil: o fim do voto secreto, o fim do 14º e do 15º salários, a lei contra o nepotismo, o Passe Livre, a Ficha Limpa, tantos outros projetos que diversos parlamentares têm trazido ao debate e que a engrandecem.
- 26 Uma criança, um adolescente obeso serão adultos diabéticos e hipertensos. Isso é um grave problema na sociedade. A grande questão é que a indústria alimentícia, por meio da publicidade, induz as famílias que não têm orientação nutricional a alimentarem as crianças com produtos inadequados, ricos em gorduras e sódio.
- 27 Comemoramos o Dia do Cerrado em 11 de setembro. Acho necessário comemorar esse dia, para que todo cidadão brasileiro tenha plena consciência da importância fundamental da preservação do Cerrado, da preservação da biodiversidade que o Cerrado encerra, de modo que possamos garantir desenvolvimento sustentável ao Distrito Federal e ao País.
- 28 Os programas sociais são fundamentais quando constituem políticas de Estado, quando têm critérios absolutamente republicanos, quando definem, objetivamente, as condições de elegibilidade e de exigibilidade para que as pessoas possam participar do programa independentemente de escolha partidária.
- 29 Sobre o Programa Bolsa Família, quero registrar que existe um preconceito profundo na sociedade: muitos acham que programas sociais para pobres são gastos, e não investimentos.
- 30 Acredito que nenhum governador tem de se exilar, ficar trancado em seu Estado. Pelo contrário, é necessário construir relações internacionais fundamentais. Afinal, somos a capital de uma das maiores economias do mundo. Portanto, Brasília precisa ter, sim, irmanação com cidades da Europa, com capitais da América Latina.

- 31** Faz parte da atividade parlamentar visitar as cidades, discutir projetos com a população, inclusive trabalhar a construção do próximo mandato. Entretanto, a sociedade nos paga, também, para votarmos as proposições que tramitam no Parlamento.
- 32** É lamentável que 10% de todo o dinheiro circulante no mundo advenha do tráfico de drogas. Os responsáveis são os grandes financistas que atuam nessa área e que, às vezes, nem usam drogas, mas ganham muito dinheiro com esse negócio ilegal.
- 33** Eu creio que o novo Código de Saúde é uma legislação fundamental para o Distrito Federal, pois o setor era regulado pela Lei 5.027/1966; portanto, absolutamente desatualizada. Não tínhamos uma lei abrangente que pudesse cumprir esse papel. Agora, temos: é a Lei 5.321, de 6 de março de 2014, de minha autoria.
- 34** É muito importante aprendermos uma coisa em nossa vida pública e em nossa vida política: independentemente da filiação partidária, independentemente da ideologia, há uma coisa que cada um tem de defender: o estado democrático de direito, o regramento jurídico. É isso o que define uma sociedade. Aquilo que é lei, aquilo que está consagrado na lei tem de ser cumprido, independentemente de eu gostar ou não, independentemente de atingir aliado ou adversário. Pessoas que foram condenadas a regime semiaberto não podem ser presas em regime fechado. Isso é inaceitável. Isso é arbitrariedade. Fico indignada – e acho que todos também deveriam ficar – em ver a utilização de dois pesos e duas medidas pela nossa Justiça.
- 35** Se alguém praticar algo de ilícito neste País, terá de pagar por isso, mas terá de ser respeitado também o regramento jurídico. Não foi, porém, o que aconteceu no caso da Ação Penal 470, julgada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal.
- 36** É preciso que cada um de nós, cidadãs e cidadãos brasileiros, aprenda a respeitar as leis e exigir que elas sejam cumpridas para todos e

aprenda, sobretudo, a rechaçar as arbitrariedades, porque, se hoje elas são feitas contra A, amanhã elas poderão ser feitas contra B.

- 37 A democracia nunca será democracia plena se for eivada de arbitrariedades, de julgamentos parciais, se for eivada de atitudes persecutórias a determinadas orientações políticas.
- 38 Defendo, cada vez mais, a democracia plena no País; defendo, cada vez mais, a transparência no uso dos recursos públicos; defendo, cada vez mais, a punição dos corruptos; respeitando, porém, o regramento constitucional, as leis, o direito de defesa. É isso que defendo, é isso que sempre defendi.
- 39 Parece natural que a elite brasileira possa desviar recursos públicos, sem que nada lhe aconteça. Só parece, mas não é.
- 40 Quero deixar claro que nós, cidadãos e cidadãs honestos e decentes deste País, não podemos aplaudir a arbitrariedade. Não podemos aplaudir a Justiça que tem dois pesos e duas medidas, que coloca o pobre na cadeia e que frequenta os mesmos ambientes da elite e dos corruptos.
- 41 Temos de varrer do Brasil o reino da arbitrariedade. Queremos fazer com que, cada vez mais, esse País seja verdadeiramente democrático e permita que todas as pessoas tenham o mesmo direito perante a lei.
- 42 É urgente livrar o Brasil do que Nelson Rodrigues chamava de complexo de vira-lata. O Brasil, hoje, é um país respeitado no mundo inteiro, vamos ver, em breve, os resultados dos investimentos realizados nos últimos anos na área de educação tecnológica, com a criação de inúmeros Institutos Federais de Educação em todo o Brasil, buscando formar mão de obra qualificada de que precisamos para alavancar o crescimento econômico, o desenvolvimento do País.
- 43 Não há dúvida de que existe um caminho muito longo a ser percorrido na erradicação da pobreza e da extrema pobreza no Dis-

trito Federal: as políticas estruturantes não são fáceis de serem implantadas. É mais fácil fazer factoides do que impulsionar políticas públicas estruturantes.

- 44 Apesar de não ser tarefa fácil, é imprescindível que o conjunto de secretários, embora tão diverso, entenda a importância de se trabalhar com políticas intersetoriais.
- 45 É preciso trabalhar incansavelmente para que todas as pessoas tenham acesso à saúde, para que todas as pessoas tenham acesso à alfabetização, para que todos tenham acesso ao saneamento básico, à habitação e a tantas outras políticas públicas que são fundamentais para elevar a qualidade de vida da população.
- 46 Estamos vivendo, no Brasil, oportunidade ímpar para aqueles que têm formação em assistência social. É a oportunidade de ser protagonista da construção de novas políticas públicas efetivas para atender ao público da assistência, que é a população que mais precisa de programas sociais.
- 47 Há profunda crise civilizatória no mundo, crise em que se desrespeitam os princípios da democracia, os direitos humanos e em que, em uma mesma sociedade, convivem valores os mais diversos. Por isso, vivemos e convivemos com conflitos de interesses e de valores extremamente preocupantes.
- 48 As forças vivas da sociedade estão na luta, estão nas ruas, defendendo que à realidade econômica favorável no País correspondam também avanços no campo social.
- 49 Não é possível pensarmos em Brasília como exemplo de civilidade se não houver respeito aos direitos da cidadania, às diferenças, sejam de que natureza elas forem.
- 50 Sempre tive convicção de que a defesa da cidadania LGTB é uma questão de direitos humanos, é uma questão de democracia.

- 51 É na luta concreta do dia a dia que avançaremos rumo a um mundo melhor, a um Brasil melhor. Se há pressão de um lado, tem de haver pressão de outro, para se alcançar o equilíbrio necessário a uma sociedade democrática. É como diz um líder do Movimento dos Trabalhadores sem Terra: *“Governo e feijão, só panela de pressão”*.
- 52 Estou sempre disposta a fazer qualquer debate; logo, não me furto de, muitas vezes, falar como se estivesse falando no deserto, pois acredito que é assim que vamos fazer a disputa política com aqueles que preferem viver no século XVIII, quando não se respeitavam as diferenças nem a diversidade.
- 53 Estamos em um novo tempo, em que, cada vez mais, devemos continuar a luta para conquistar uma democracia real, na qual todos os direitos sejam observados e na qual todas as pessoas sejam respeitadas a partir da própria diversidade da raça humana, para que possamos conquistar uma democracia efetiva.
- 54 É preciso ficarmos atentos ao fato de que vivemos em uma sociedade extremamente complexa, que não cabe em simplificações, nem em rótulos.
- 55 Com o sistema eleitoral que temos, qualquer um que vier a ser presidente do Brasil é obrigado a fazer uma coalizão para poder governar e aprovar os projetos que interessam ao povo, à Nação.
- 56 Aprendi uma coisa na vida: não é a vontade de uma pessoa que determina a realidade. Eu já tive a ideia de que a minha vontade determinava a realidade. Então, eu gritava nas ruas: “Fora daqui, FMI!”, achando que, no dia seguinte, iríamos conseguir expulsar o FMI. Portanto, não é verdade que uma pessoa, sozinha, com sua força de vontade, consiga mudar a realidade. A realidade é fruto de uma correlação de forças que nem sempre pende a nosso favor. Temos de saber lutar contra a maré e mudar a correlação de forças.

- 57** Não podemos ser pessimistas em relação ao Brasil: precisamos acreditar na nossa capacidade de luta, acreditar que há parceiros em outros âmbitos, acreditar que seremos vitoriosos e daremos um passo à frente na luta contra as forças retrógradas que querem atravancar o País. Sem pessimismo, porém com muita clareza e muito realismo, temos de lutar e de fazer o contraponto político às pressões que vêm do conservadorismo para termos uma Brasília melhor, um Brasil melhor, um mundo melhor.
- 58** Quando não reconhecemos os avanços que fazemos, não buscamos energia para os próximos desafios.
- 59** É importante que os direitos anunciados pelas nossas leis se transformem em direitos de fato. Isso só se faz com participação, com controle social.
- 60** Acho que o Parlamento tem obrigação de promover o debate necessário com a sociedade, esclarecer os problemas apresentados e ouvir as ponderações, para que a democracia seja aperfeiçoada.
- 61** O Legislativo é o mais democrático de todos os poderes. Como somos eleitos, somos fiscalizados diuturnamente – e olham para nós com lupa, por isso temos de ter o cuidado de qualificar os debates no Parlamento.
- 62** Em qualquer ambiente democrático, há divergências e há convergências; há oposição e há situação. Além disso, há aqueles que ainda não sabem de que lado estão – tudo isso é normal, absolutamente normal, pois muitos estão esperando para ver, de repente, para que lado vai o vento.
- 63** Reputo que a criação de ouvidorias é de extrema importância para a democracia, porque elas refletem o sentimento de que é preciso fazer com que a transparência, o acesso à informação e o contato com a cidadania se deem de maneira eficiente.

- 64** A Páscoa, a comemoração da ressurreição de Cristo é um momento de profunda reflexão sobre a vida, é um momento de resgatarmos o sentimento que motivou o sacrifício de Cristo para conosco e reforçarmos os laços de fraternidade e de solidariedade que precisam existir entre todas as pessoas.
- 65** A história da saúde mental não nos permite pactuar com a ideia de internação compulsória. É uma saída aparentemente fácil; não é, contudo, a mais eficiente.
- 66** O político que não tem coragem de assumir posições não tem o direito de representar a população: assumir posições é aprimorar a democracia.
- 67** Democracia pressupõe participação, conscientização crescente da cidadania; logo, é o único regime capaz de se autorreformular. Isso não ocorre com a monarquia (governo de um soberano), com a aristocracia (governo de poucos) e com a autocracia (governo com poder absoluto).
- 68** Somente com políticas públicas eficazes é possível superar a condição de situação de rua de muitos brasileiros e fazer com que essas pessoas tenham algum progresso social, fazer com que sejam inseridas, novamente, na sociedade.
- 69** O aprofundamento da oferta de serviços e a criação de alternativas de qualificação profissional possibilitam a muitas pessoas não só saírem da extrema pobreza, como também progredirem socialmente.
- 70** Há divergências, na sociedade, em relação à redução da maioria penal, à realização do aborto; por isso mesmo, temos de nos posicionar: as divergências são absolutamente naturais em um Estado Democrático de Direito.
- 71** Sou defensora da democracia e dos direitos humanos. O preconceito e a violência contra pessoas devido à orientação sexual demonstram o quanto nossa sociedade é machista, racista e homofóbica.

- 72 É importante entender a razão das cotas raciais, é importante entender o porquê das ações afirmativas: os desiguais têm de ser tratados de forma desigual para que se tornem iguais. Portanto, as cotas raciais, as ações afirmativas são necessárias, para construirmos uma sociedade democrática e interrompermos um ciclo de exclusão social ocasionado pela herança de mais de 350 anos de escravidão.
- 73 A realidade da juventude negra da periferia, da juventude pobre da periferia é, absurdamente, triste. A maioria dos que morrem, no Brasil, são jovens, negros, de 15 a 29 anos, em geral moradores das periferias. Meu desejo é poder comemorar, de maneira plena, o Dia da Consciência Negra, o Dia 20 de Novembro, livre de preconceito, livre de discriminação.
- 74 A história oficial não nos conta a história verdadeira; pois, se contasse, Zumbi dos Palmares, junto com outros heróis, deveria ser alçado à condição de herói nacional, pela defesa de seu povo, pela resistência que proporcionou à população negra no Brasil.
- 75 O mundo seria quadrado, se não houvesse pessoas ousadas, revolucionárias, que quebrassem paradigmas, que questionassem regras vigentes, que rompessem rotinas, que se dispusessem a novas experiências.
- 76 Muitos julgam que as pessoas que vivem em situação de rua são drogaditos, alcoólatras. Porém, sabe-se, por meio de pesquisas sérias, que a maioria das pessoas que vivem nas ruas trabalham e procuram, a partir de seus dramas sociais, reconstruir sua vida.
- 77 As políticas públicas precisam ser construídas para enfrentar o problema das pessoas que vivem em situação de rua: as pessoas que moram nas ruas também são sujeitas de direitos.
- 78 A pressão da base, o barulho das ruas é essencial para fortalecermos a democracia, que tanto lutamos para construir.
- 79 Coordenadora do Orçamento Participativo de 1995 a 1998, aprendi muito com a população e confesso que foi uma das mais im-

portantes experiências políticas de que participei. A tese de que os técnicos é que sabem o que é melhor para a população, para a cidade foi completamente desmistificada, pois havia profunda coincidência entre o que se imaginava importante para a cidade e o que a comunidade considerava necessário.

- 80** O Orçamento Participativo fortalece a democracia, na medida em que enseja a participação organizada da comunidade. Isso faz com que se intensifique, cada vez mais, um sentimento de cidadania.
- 81** É preciso conscientizar a população da necessidade de se adotarem medidas concretas e eficazes que garantam a igualdade de oportunidade às pessoas, independentemente de cor, sexo, origem, raça, condição social.
- 82** A interlocução entre as diversas secretarias do governo é que tornará possível a implantação de políticas inclusivas, de políticas garantidoras de direitos às comunidades negras, indígenas e ciganas.
- 83** Conceder o título de Cidadã Honorária de Brasília à professora Odette Ernest Dias pode não ser a comenda mais importante da vida dela; mas, com certeza, o é para Brasília, para nós, para seus fãs, pela enorme contribuição que deu à história da música em nossa cidade. Sobre sua vida, Odette afirma: “Eu dividiria a minha vida em quatro fases, como se fossem quatro movimentos de uma sinfonia: uma, Paris, infância, aprendizagem, tradição, **prelúdio**; duas, Rio de Janeiro, entrar na vida pessoal e profissional, atividades múltiplas, **allegro**; três, Brasília, despojamento, nudez, céu aberto, horizonte, contemplação, produção nova, **adágio**; quatro, Rio de Janeiro, volta, decantação, procura da essencialidade, deixar a carga e o passado para trás. **Allegro stretto finale**”.
- 84** Nós, que amamos Brasília, temos a responsabilidade e o compromisso moral de repassar às gerações futuras toda a beleza e grandiosidade daqueles que fizeram algo pela Capital Federal.

- 85** Existem boas leis no Distrito Federal, existem várias boas leis no Distrito Federal. A população precisa saber disso, para cobrar do Poder Público os direitos que lhe são assegurados.
- 86** O indivíduo verdadeiramente democrático deve assumir a bandeira de lutar pela igualdade dos direitos para todos, eliminando, assim, o traço de autoritarismo ainda presente na sociedade, que trata as diferenças com discriminação.

Biografia

Arlete Sampaio, uma mulher de palavra

Arlete Sampaio nasceu em 28 de maio de 1950⁷, em Itagibá, Bahia, onde viveu até a adolescência. Coursou segundo grau em Belo Horizonte, Minas Gerais. Vive em Brasília desde 1971, ano em que foi aprovada no vestibular da UnB. Formou-se médica e se especializou em saúde pública.

Iniciou a militância política no movimento estudantil e foi dirigente do Sindicato dos Médicos do DF por três gestões (de 1985 a 1994). Fundadora do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal (PT-DF) e da Central única dos Trabalhadores (CUT-DF), exerceu diversas funções na Comissão Executiva Regional do PT, ocupando, inclusive, a presidência, por três mandatos.

⁷ A data de nascimento de Arlete Sampaio foi registrada em 28 de junho de 1950.

Arlete realizou trabalhos na área de saúde em Ceilândia, quando exerceu o cargo de chefe dos Centros de Saúde 2 e 8 da Fundação Hospitalar do DF. Como sanitarista, coordenou diversos programas de saúde pública.

Militante nas lutas em defesa de Brasília, Arlete integrou a Coordenação do Movimento pela Representação Política do DF e participou ativamente da Campanha Diretas-Já! e da mobilização pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor.

Em 1986, foi candidata ao Senado Federal pelo PT. Em 1990, candidatou-se ao cargo de vice-governadora na chapa de Carlos Saraiva e Saraiva. Quatro anos mais tarde, em 1994, elegeu-se vice-governadora ao lado de Cristovam Buarque. Nessa função, destacou-se pela coordenação do Orçamento Participativo e das administrações regionais.

Em 1998, disputou novamente uma vaga no Senado Federal. Nessa eleição, conquistou o segundo lugar, com 347.663 votos. Em 2002, concorreu ao mandato de deputada distrital para o período 2003-2006 e foi a mais bem votada entre todos os candidatos, recebendo 35.466 votos, vindos de todas as cidades do DF.

Na Câmara Legislativa, entre 2003 e 2006, Arlete orientou seu mandato para melhoria das condições de vida na Capital Federal e trabalhou para a construção de uma imagem positiva do Poder Legislativo local. Com a atuação de seu gabinete voltada à participação popular, Arlete buscou concretizar propostas da população, especialmente nas áreas de saúde, educação, qualidade de vida, direitos humanos e defesa de Brasília.

Ocupou, em 2003, o cargo de presidenta da Comissão de Educação e Saúde na Câmara Legislativa. Em 2004, foi escolhida Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Em 2005 e 2006, Arlete foi conduzida novamente à presidência da Comissão de Educação e Saúde.

Em março de 2005, Arlete assumiu a relatoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde, que investigou irregularidades nos

pagamentos de internação em Unidade de Terapia Intensiva, feitos pela Secretaria de Saúde ao Hospital Santa Juliana, de Samambaia. A CPI da Saúde foi concluída, e o relatório foi aprovado em fevereiro de 2006.

Em 2006, foi candidata ao governo do Distrito Federal e obteve 20,9% dos votos. Em 2007, foi convidada para integrar o governo Lula, inicialmente como Secretária-Adjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e, posteriormente, como Secretária-Executiva do MDS no período de 2008 a 2010.

Em 2010, elegeu-se mais uma vez Deputada Distrital. Convidada pelo governador Agnelo Queiroz, Arlete Sampaio licenciou-se da Câmara Legislativa, em 4 de janeiro de 2011, para assumir o cargo de Secretária da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest).

Em 31 de janeiro de 2012, após um ano à frente da Secretaria, a deputada retornou à Câmara Legislativa. Na CLDF, assumiu a Liderança do Governo no Parlamento local em 2 de outubro de 2012.

Deputada Distrital

Arlete  **Sampaio**

Uma mulher de palavra

Câmara Legislativa do Distrito Federal
Praça Municipal, quadra 2, lote 5, 2º andar
Gabinete 8, fone 3348-8082
CEP 70094-902